



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E ATIVIDADE ECONÔMICA

PRESIDENTE: SENIVAL MOURA

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 2 de outubro de 2025

OBSERVAÇÕES:

- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

21393

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Boa noite, pessoal.

Eu já quero super agradecer a pontualidade da galera e a minha não pontualidade se deveu a outras coisas. A gente vai ter uma sessão especial de votação que começará hoje às 8 da noite. Então, eu gostaria muito de já começar para poder não atrasar, porque é uma sessão de votação que depende das presenças dos Vereadores para ela tocar.

Bom, vamos às coisas formais. Primeiro, eu queria começar, de forma informal, muitíssimo obrigada por vocês estarem aqui. É muito cara mesmo essa vitória do nosso mandato de a gente promover esse diálogo num ambiente bastante republicano e democrático.

Vamos lá.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, declaro abertos os trabalhos da 6ª Audiência Pública de 2025 para debater, abre aspas, “os impactos econômicos dos usos e atividades econômicas diversos nos parques municipais e estaduais da capital paulista, concedidos à iniciativa privada”, fecha aspas, nos termos do REQCOM nº 19/2025, de autoria da Vereadora Renata Falzoni, PSB, que vos fala.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço saopaulo.sp.leg.br, link auditórios on-line.

O convite para esta audiência vem sendo publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, no dia 26/09/2025. Foram convidados para esta audiência, primeiro, o Sr. Rodrigo Kenji de Souza Ashiuchi, que é o Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, que deverá ser representado pela Sra. Juliana Laurito Suma, que é Coordenadora do CGPABI, Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal. Se quiser se sentar em algum lugar aqui, eu agradeço. Depois, se lotar, a gente vai fazendo um certo rodízio aqui.

Sra. Natália Rezende Andrade Ávila, que é a Secretária Estadual do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística; Sr. Carlos Henrique Prestes de Camargo, Promotor do Meio Ambiente do Ministério Público de São Paulo; Sr. Silvio Marques, Promotor do Patrimônio Público do Ministério Público de São Paulo; representante da Urbia, Sr. Samuel Lloyd, que confirmou a presença. Escolha um lugar, por gentileza. Sente-se, Samuel. Obrigada pela sua presença.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 2 DE 57

Representante da Reserva Novos Parques Urbanos; Sr. Michel Farah, da Farah Service, não se encontra; Sr. Bruno Sousa, Diretor de Esportes da Arena Mercado Livre, Pacaembu; Sr. Alessandro Azzoni, Vice-Coordenador do Conselho de Política Urbana da Associação Comercial de São Paulo. Está confirmada a presença, mas não o vejo.

Sr. Douglas de Melo, Presidente da Associação dos Treinadores de Corrida de São Paulo. Douglas, por gentileza, escolha seu lugar.

Sra. Regina de Lima Pires, que é Conselheira do Parque Água Branca; Sra. Sylvia Rachel Melnik, Conselheira do Parque do Ibirapuera, mas está sendo representada por Claudio Eugenio Neszlinger, por gentileza.

Sra. Milene Tamires, que é a Conselheira do Parque Villa-Lobos, representada pelo Instituto Acaia; e a Sra. Márcia Maria Cunha de Souza, representando o Institutos Arquitetos do Brasil, IAB.

Agora, vou fazer uma rápida apresentação.

O meu Colega Vereador Gilberto Nascimento se encontra *on-line*? Eu registro a presença do Colega Gilberto Nascimento, que faz parte desta Comissão. MUITÍSSIMO obrigada, Gilberto, pela sua presença.

Vamos a uma apresentação rápida a respeito do tema feita pela minha equipe e foi um trabalho bastante exaustivo de compilação de dados. Eu preciso que, por gentileza, os senhores coloquem a minha apresentação.

Enquanto isso, abro as inscrições para os demais cidadãos da audiência. Poderá haver participação *on-line* e, também, presencial. As inscrições para a participação *on-line* estiveram abertas no *site* da Câmara Municipal desde o dia 16/09/2025 e, também, teremos inscrições para o público presente com a Secretária da Comissão pelos primeiros 15 minutos.

Cada orador terá três minutos para se manifestar. E o pessoal da Mesa terá 5 minutos. Então, vamos lá. Estou galopando porque tem um horário que quero cumprir.

- Oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Temos aqui um panorama geral que seria

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 3 DE 57

como estão as gestões dos nossos parques. Nós temos praticamente quatro empresas com esses parques que estão em branco, que são parques estaduais, e os parques que estão em verde são os municipais. Primeiro, tem a Urbia Gestão de Parques, tem o Parque Estadual da Cantareira, o Parque Estadual do Horto Florestal, que é Alberto Lofgren; já em conceito municipal. Nós temos o do Ibirapuera, o Tenente Brigadeiro, Parque Lajeado, Parque Eucaliptos, Parque Jacinto Alberto e Parque Jardim Felicidade, que estão com a Urbia. Nós temos o da Reserva Novos Parques Urbanos.

Nós temos três parques estaduais que seriam: o Parque da Água Branca, Villa-Lobos e o Cândido Portinari, que é coladinho ao Villa-Lobos. No Consórcio Borboleta, nós temos o Parque Prefeito Mário Covas, o Tenente Siqueira Campos, que é o Parque Trianon, a Praça Alexandre Gusmão e, por último, o Consórcio Cantaro-SP, que fica com o Parque Municipal do Campo de Marte.

Então, existiu uma mudança muito importante que a gente tem que trabalhar. O conceito foi a mudança da perspectiva do Governo Estadual. O Governo Tarcísio transfere a gestão de parques e da Secretaria da Pasta do Meio Ambiente para parcerias e investimentos. Resumindo: o conceito passa a ser os parques privatizados em São Paulo, deixam de ser meio ambiente para ser investimento, ou seja, eles vão para uma seara em que, para ficar de pé, eles têm que dar lucro.

Nós temos para frente um novo pacote de concessões que a gente tem que olhar com muito carinho para aprender com os erros até agora, para que a gente não perca a mão do para que servem os parques, para que a população precisa desses espaços e para que eles servem?

Então, nós temos as novas concessões. Nós vamos ter o Parque da Juventude Dom Evaristo Arns, o Parque Estadual Belém, todos eles já na periferia, como a gente está vendo bem no Centro Noroeste da cidade de São Paulo e outros quatro parques importantíssimos, porque eles acontecem segundo a orla do Tietê, já no município da cidade de São Paulo, que seriam: o Parque Ecológico Tietê, Núcleo Lazer Engenheiro Goulart; o Ecológico Tietê do Maria

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 4 DE 57

Cristina Hellmeister de Abreu; o Parque Ecológico Tietê, Núcleo da Itaim Biacica, que fica perto de Itaim Paulista e, totalmente dentro de São Miguel Paulista, o Núcleo de Lazer Vila Jacuí – e é uma área importantíssima e tem hoje uma frequência grande e com problemas fortíssimos de meio ambiente e, principalmente, de ocupação irregular de solo e de segurança.

Vamos falar um pouco da atual condição daquilo que a imprensa e a população vêm nos passando em relação às concessões atuais, conflitos e multa. Então, nós temos a reforma da marquise do Parque do Ibirapuera, que está atrasada, e a Urbia pede mais prazo e verba, mais dinheiro para concluir, e a obra já está ficando 15 milhões mais cara.

A concessionária do Parque do Ibirapuera cobra de quem dá treino e processa quem não paga. As churrascarias do Parque da Água Branca fazem obras sem autorização dentro da área do Parque Água Branca, que é tombado. A Prefeitura de São Paulo multa em 30 mil a churrascaria do Parque da Água Branca, que ganhou o Alvará e funcionou em datas não autorizadas, multas essas que não foram pagas, sempre lembrando que o ingresso para a churrascaria era mais de 800 reais.

Parques Villa-Lobos e Água Branca têm bebedouros sem torneiras, brinquedos interditados e banheiros sem reforma, há 18 meses, após a concessão. No Google, dá para achar todas as matérias, com dados e reclamações da população.

No próximo *slide*, nós fizemos uma compilação pensando sobre as concessões dos principais problemas identificados. Pegamos cobrança de taxas; preços elevados; serviço e comércio; descaracterização de espaços; falhas de manutenção, atrasos nas obras; ampliação de ruídos, quer dizer, aumento de ruídos; falta de escuta da comunidade e Conselho Gestor; falta de transparência e participação do Conselho Gestor no processo de revisão e aditamento contratual.

Vemos que estão zerados, ticaram todos: Parque Ibirapuera, Parque Água Branca e dois itens que foram ticados para todas as concessões, que é falta de escuta com a comunidade e Conselho Gestor, e a falta de transparência ticado para o Ibirapuera, Água Branca, Villa Lobos, Cantareira e Horto Florestal.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 5 DE 57

Então a gente vê que reside muito fortemente a questão da troca de ideias e de acatar o que o Conselho Gestor vem falando e, principalmente, a população, o que leva à falta de transparência no processo decisório de tudo. Essa foi uma compilação daquilo que nós identificamos.

Vamos para a próxima tela e colocar apenas os pontos previstos em relação ao contrato do Ibirapuera. Vamos analisar os contratos, porque aqui a gente tem que ter, objetivamente, uma incidência muito importante dos novos contratos e no que, neste momento, é muito importante que aconteça que seriam as revisões contratuais, que é basicamente o que a gente tem que trabalhar, agora, para ir para à frente.

Em questão daquele contrato assinado com a Urbia, está ticado permeabilização do solo; preços populares de alimentos e serviços, não faz parte do contrato; definição de parâmetros pela cobrança pelo uso do espaço público, também não está ticado no contrato; manutenção dos serviços ambientais, fauna e flora, sim, está lá no contrato; iluminação do espaço público, não está; manutenção das calçadas, tampouco; uso do espaço para eventos públicos, reserva de datas, também estão lá as normas e em que parâmetros tudo isso vai trabalhar; e, sim, limite de ruídos está contemplado no contrato.

Na próxima planilha: síntese dos problemas. Dando uma súmula em relação a tudo o que vem acontecendo, o primeiro ponto é falta de transparência e participação pública na gestão democrática. Como segunda síntese, temos impactos e incompatibilização da função socioambiental dos parques. E terceiro, que também é muito grave e é muito visível, desigualdade e exclusão no acesso pleno aos serviços e aos parques.

Vamos para o próximo e falar um pouco sobre os caminhos jurídicos possíveis para que a gente avance numa negociação em comum acordo e conseguindo resolver esses impasses.

Primeiro, a gente tem que garantir a vocação dos parques como espaços acessíveis e inclusivos de lazer, esporte, cultura e preservação ambiental. Nesse item, tem duas coisas: vedações expressas: incluir cláusulas que impeçam práticas contrárias à função pública dos

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 6 DE 57

parques, evitando brechas que hoje estão exploradas pela concessionária. E depois, conformidade com o Plano Diretor ou Plano de Manejo do Parque: assegurar que a concessão respeite os objetivos já estabelecidos no planejamento urbano e ambiental.

Segundo, recomposição do interesse público: permitir que a Administração Pública revise cláusulas, mesmo sem solicitação da concessionária, sempre que os objetivos de uso democrático, social e ambiental não estiverem sendo atendidos, em diálogo com os conselhos do parque. A gente realmente tem que trazer muito mais poder para além do opinativo, mas realmente decisório para os conselhos do parque.

Ainda falando sobre isso, na próxima tela, o terceiro item: cláusula de revisão quinquenal. Pelo contrato firmado, a gente tem que fazer com que esse instrumento deva, obrigatoriamente, passar por revisão a cada cinco anos, independente de qual concessor.

Quarto. Cláusula com vedação aos presos abusivos. Quando se vai ao parque, hoje, parece aeroporto.

E quinto: Cláusula com vedação/limite para eventos privados que ocupem áreas públicas que deveriam ser abertas. Hoje, muitos parques estão truncados, não há mais o direito de ir e vir, em função desses eventos que privatizam o espaço, diminuem a área e, mais do que tudo, fazem um pedestre caminhar muito mais. Porque imagina que a linha de desejo é essa, não, vai ter que voltar e dar a volta no parque; sem falar a falta de conectividade da mobilidade ativa, que é algo que a gente não pode nunca deixar de respeitar. Aliás, nesse ponto, nós temos o exemplo das pessoas com certa dificuldade motora, que é uma realidade muito grande da nossa população.

Vamos lá, Estratégia 2: Possibilidade de caducidade contratual. Ou seja, caducou, está errado, fora do contexto, vamos acabar com esse contrato. Rescisão: se a concessionária resistir a revisões que reestabeleçam o interesse público. Sim, a gente tem que ter autoridade de conseguir resgatar o direito de nós mesmos estarmos gerindo os parques, se a forma como eles estão sendo tratados não incluir aquilo que a gente entende como mínimo.

Estratégia 3: Instauração de ação civil pública pelo Ministério Público ou Termo de

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 7 DE 57

Ajustamento de Conduta. Já há inquérito civil discutindo condutas, por exemplo, nos casos do Ibirapuera e do Água Branca e, em seu bojo, há a possibilidade de proposta de um Termo de Ajustamento de Conduta pelo Ministério Público ou, caso não se chegue a um acordo, a propositura de ação civil pública.

Para finalizar, é isso. Eu quero sugerir uma ideia, apontar os problemas e vamos tirar o encaminhamento para esse nosso momento.

Anuncio a presença de Mônica Pilz Borba, que é Conselheira do Parque Villa-Lobos, a quem agradeço muito.

Agora, passo a palavra para o Sr. Samuel Lloyd, que está representando a Urbia, que administra o Parque Ibirapuera, por cinco minutos, pelo que lhe agradeço.

O SR. SAMUEL LLOYD – Boa noite. Renata, obrigado pelo convite. Obrigado por esse espaço de diálogo. Na breve apresentação, a gente percebe que, realmente, esse movimento nacional de concessão de parques, tanto urbanos, quanto naturais, é um processo ainda novo; e a gente precisa sempre voltar a como chegamos até aqui.

Em 2019, a cidade de São Paulo, depois de passar por um processo longo de discussão, no Legislativo, o Poder Executivo decidiu conceder o Parque Ibirapuera, quer dizer, era um pacote de seis parques: o Parque Ibirapuera, mais cinco parques da periferia da cidade. E esse projeto tinha o seguinte conceito: viria uma concessionária que assumiria todos os custos e também as necessidades de investimento, no Parque Ibirapuera e nesses outros cinco parques, e seria a responsável exclusiva pela gestão de todos os serviços e atividades comerciais dentro desses territórios.

No passado, antes da Urbia chegar ao Parque Ibirapuera, já existiam diversos entes privados, tanto na gestão dos serviços quanto também nas atividades comerciais, sejam eles atividades de lanchonetes, empresas de segurança ou de manejo. E a Prefeitura, então, fazia uma série de licitações diferentes para contratar cada um desses serviços, sejam aqueles que exploravam comercialmente aquele espaço ou de prestação de serviço ao usuário, como eu falei, de limpeza, de segurança. Eles já existiam.

Então unificou-se tudo em um único contrato diante de um desafio. Naquele momento, era necessário, apenas no Parque Ibirapuera, um investimento de mais de 100 milhões de reais na restauração do patrimônio tombado. Estamos falando de 2019, estamos falando de um período pré-pandemia, da economia do Brasil estar num outro patamar. Então, em 2019, aconteceu a licitação, depois de um projeto de lei aprovado pela Câmara de Vereadores, com envolvimento do Poder Executivo.

A licitação, no momento que ela foi oficializada, depois da abertura dos envelopes, houve um processo judicial, ou seja, o Ministério Público também se envolveu nessa discussão, moveu uma ação pedindo que houvesse um Plano Diretor, que traria mais regras, além do contrato de concessão, para que essa concessão pudesse acontecer de uma forma mais segura para todos, inclusive para o próprio concessionário, que estava ali.

Pois bem, esse processo de discussão aconteceu com uma série de audiências públicas, muita participação popular, não só para o Parque Ibirapuera, mas outros parques periféricos também tiveram seus planos diretores concretizados. Então, estamos falando de projeto de lei da Câmara de Vereadores, do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Ministério Público, e Justiça, do Poder Judiciário, envolvidos na validação das regras desse contrato de concessão. Tudo isso aconteceu, foi validado, e então o contrato foi assinado.

Qual é a lógica dessa concessão? Principalmente atender às demandas do público, estamos falando de parques que têm como a principal avaliação a opinião do usuário. Quem determina se o contrato está indo bem ou mal é a avaliação do usuário de uma série de quesitos: como é que está a limpeza, como é que está o manejo das áreas verdes, como é que está a segurança, como é que está a oferta de alimentos e bebidas no parque. Então, uma série de critérios são avaliados.

Essas pesquisas acontecem através de um verificador independente, que é contratado para estar lá, todos os meses, entrevistando uma série de usuários do parque. A cada três meses, há uma aglutinação desses resultados e então há um relatório publicado. Nós estamos orgulhosamente no nosso melhor momento de avaliação, a nota de 0 a 10 do Parque

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 9 DE 57

Ibirapuera está chegando a 9. E nós acreditamos que parques com o tamanho do Parque Ibirapuera seja um grande campo de conflitos, há pessoas das mais diversas orientações, com os mais diversos desejos. Os usos são completamente diferentes, e o nosso papel é exatamente equacionar da melhor forma, tentar ao máximo tirar a fricção.

Sobre a participação popular, o contrato também traz a necessidade de a concessionária participar das reuniões de conselho gestor, em absolutamente todas as reuniões do conselho gestor do Parque Ibirapuera, e sempre tem pelo menos um membro da Urbia para responder às questões, e sempre que possível a gente pede que elas sejam enviadas com antecedência, e raramente são. Obviamente, também, o parque participa do mesmo programa público de acesso à informação. Então, em diversos momentos as pessoas podem requerer informação à Secretaria do Verde, que repassa a informação necessária.

Você está contando meu tempo? Já deu? Oh, gente, eu não vi.

Mas, eu queria fazer essa breve introdução porque, neste momento, estamos em uma concessão muito bem avaliada, que é referência para o Brasil e para o mundo, e tem inspirado diversas iniciativas similares pelo Brasil. E nós temos muito orgulho e estamos cientes da nossa responsabilidade na gestão desse espaço tão importante para a identidade, para a vida das pessoas aqui de São Paulo.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Muito obrigada, Samuel, representante da Urbia. Vou, mais uma vez, chamar as autoridades do Governo do Estado e da cidade de São Paulo: Rodrigo Kenji Ashiuchi, que deveria estar sendo representado pela Juliana Laurito Suma; Natália Rezende Andrade Ávila, Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Estou repetindo para poder ficar bem cravado, que a gente chama e não vem aqui se justificar ou mesmo argumentar. Dr. Carlos Henrique Prestes Camargo, Promotor do Meio Ambiente do Ministério Público, Dr. Carlos, seria legal estar aqui com a gente; Silvio Marques, Promotor do Patrimônio Público, Ministério Público de São Paulo, também não se encontra; representante da Reserva Novos Parques Urbanos, Sr. Michel Farah, da Farah Service; Sr. Bruno Sousa, Diretor de Esportes da

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 10 DE 57

Arena Mercado Livre, Pacaembu; Sr. Alessandro Azzoni, Vice Coordenador do Conselho de Política Urbana da Associação Comercial de São Paulo, confirmou presença, mas não se encontra.

Então, vou passar a palavra para o Sr. Douglas de Melo, Presidente da Associação dos Treinadores de Corrida de São Paulo, que está ao nosso lado. Douglas, cinco minutos, por gentileza.

O SR. DOUGLAS DE MELO – Boa noite. Gostaria, primeiro, de agradecer à Renata pela oportunidade, agradecer a presença de todos. Fiz a minha pauta, vai ser uma leitura para vocês. É uma honra poder estar aqui representando os profissionais que conduzem o que podemos considerar, hoje em dia, o maior programa de saúde pública, tanto física quanto mental, do nosso país. Estamos falando dos profissionais de educação física, treinadores de corrida. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, cada dólar gasto com esporte gera, para o Estado, dois dólares na economia em relação ao gasto com saúde.

A corrida de rua é um esporte consolidado e que, por conta da pandemia, teve um crescimento de mais de 46% no número de praticantes, nos últimos 4 anos, de acordo com a pesquisa da maior ticketeira do Brasil. Se levarmos em consideração o número de praticantes de esportes e atividades físicas no geral, esse número sobe para 75,4%. Porém, continuamos com as mesmas áreas destinadas para receber esse público, e precisamos nos movimentar para ampliar as ofertas diárias para treinos, e acalmar o trânsito em áreas de intensa prática.

Desde o ano de sua fundação, em 2003, a Associação dos Treinadores de Corrida de São Paulo tem atuado baseada nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência. Dentre os objetivos da ATC, destaco dois pontos do nosso estatuto: organizar a utilização e atuação das assessorias e associados em áreas públicas, definindo normas que garantam o convívio; preservação ambiental e limpeza de praças e parques da cidade de São Paulo, e representar os associados, sempre que se fizer necessário, junto a órgãos públicos, perante a comunidade e a mídia, procurando defender e assegurar os seus direitos.

A ATC São Paulo, aliás, nasceu da necessidade de se organizar o espaço da USP, quando a corrida de rua teve seu segundo salto de crescimento. Foram horas de conversas e sugestões de projetos junto à prefeitura do campus, para que chegássemos a um projeto final de modelo de atuação, onde a ATC São Paulo fazia a gestão das assessorias e treinadores, que atuavam no campus. Esse projeto piloto na USP nos levou a fazer uma parceria com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente de São Paulo, muito antes da concessão para o regramento do uso do parque mais frequentado da cidade, Parque Ibirapuera, onde escrevemos juntos um regulamento para o uso do espaço, regulamento esse que até hoje perdura, podendo ser encontrado no plano diretor do parque, onde cita que, tais atividades, assessorias de corrida passam a ser oficialmente permitidas. As assessorias de corrida de São Paulo são pioneiras nesse tipo de atendimento e atuam com treinamento de caminhada, corrida e triatlo, há mais de 35 anos. Aliás, não temos conhecimento desse tipo de atendimento em nenhum outro lugar do mundo. Esse formato nasceu e cresceu aqui em São Paulo, em praças e parques públicos.

Desde o início do movimento das concessões dos parques, tanto municipais quanto estaduais, a ATC São Paulo tem sido procurada pelos concessionários para tratar o uso dos espaços. Em alguns casos, tivemos muitas conversas e fizemos boas parcerias. Em alguns casos, não se falou de cobrança e sim de trocas; em outros, a cobrança pelo uso do espaço veio de forma desordenada e sem estudo do impacto que poderia causar, tanto para assessoria quanto para os frequentadores dos parques, que são alunos das assessorias. É preciso deixar claro que nunca nos opusemos à regulamentação do uso dos parques, mas consideramos inadequada qualquer cobrança sem critérios claros, sem transparência no processo, sem diálogo efetivo, sem construção conjunta, sem isonomia e com contratos desequilibrados que se tornam ameaças veladas à continuidade da atividade profissional.

A ATC São Paulo segue aberta ao diálogo, buscando defender os interesses dos frequentadores e treinadores dos parques, além de comprometida em encontrar soluções que garantam acesso gratuito e justo aos espaços públicos. Reafirmamos também nosso compromisso com a legalidade e continuaremos atuando com firmeza, representatividade e

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 12 DE 57

transparência para que, juntos com a sociedade civil, poder público e concessionárias, possamos escrever um novo capítulo na história do esporte.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Nossa, já te mando um grande beijo, um grande abraço, Douglas, porque você ficou no tempo. Eu estou aqui fazendo... (Risos)

Você não sabe como isso é gostoso. Não tem coisa pior do que você cortar o texto de alguém.

Bom, eu já tenho que informar que estão encerradas as inscrições, e também quero... Eu ia convidar você, Carmen Silva, para sentar à Mesa. A Carmen Silva é representante do Parque Bexiga, mas como é a conselheira mais votada, mas é um parque que não está concessionado, está na mão da população mesmo. Mas eu estou dando um espaço para o Toninho Vespoli, que é o nosso colega Vereador, para sentar aqui conosco à Mesa, Toninho.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Obrigada, querida, muito obrigada.

Toninho, nós estamos...

Bom, dando sequência, quero chamar a senhora Regina Lima Pires, que é conselheira do Parque Água Branca, que está aqui ao nosso lado. Regina, é contigo, cinco minutinhos contando.

A SRA. REGINA LIMA PIRES – Tem uma apresentação, se puder, por favor colocar. Ela é supercurta.

- Oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. REGINA LIMA PIRES – Eu não vou parar para comentar essas datas, mas o que eu acho que é importante dizer aqui é que o Parque da Água Branca é um dos parques mais antigos da cidade de São Paulo, embora seja um parque do Estado, que inclusive doou, fez uma troca de terreno. O Ibirapuera hoje está num terreno que era do estado e Água Branca, num terreno que era da Prefeitura, isso já no começo do século XX.

Bom, como vocês podem verificar aqui, uma das principais estruturas científicas do

nosso Estado, com o objetivo de promover fornecimento de alimento para a Cidade, nasce no Parque da Água Branca, antes de ele existir como parque. Isso é começa ali com o Instituto de Geografia e o Geológico – e por que estou destacando isso daqui a pouco eu falo. Depois, já em 1905 a 1911, teve a Escola Prática de Pomologia e Horticultura naquele espaço. Eu vou pular já para 1986, cem anos depois é que nasce a Secretaria de Meio Ambiente. Então a gente já tinha todos os embriões para isso ali.

E o Parque é tombado e o processo de tombamento começa em 1983, já por conta de uma sanha do setor imobiliário. E o Paulinho Nogueira, que faleceu, grande músico paulista, pede a abertura desse processo, cria uma associação e, por isso, a gente conseguiu o primeiro tombamento do Condephaat e nós temos também o tombamento do Conpresp. Em 2010, por uma série de ações da primeira-dama Deuzeni Goldman, começa-se um inquérito no Ministério Público, onde junta-se um grupo de defensores do Parque e nasce o SOS Parque da Água Branca.

E por que eu paro aqui em 2019 e fechando esse *slide*? Cento e vinte e quatro anos de uma história importantíssima para a Cidade e para o Estado de São Paulo, que dizem respeito à nossa cultura, à nossa ciência, a uma série de institutos que foram demolidos. E aí, por que 2019?

Por favor, se puder passar.

Aqui começa o nosso terror. Doria sai do município, vai para o estado, assume em janeiro de 2019. A primeira coisa que ele faz é mudar o nome da Secretaria, então você deixa de ter uma Secretaria de Meio Ambiente, ela vira uma Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, que já é uma coisa completamente *nonsense*. De 2019 a 2021, ele retira do Parque da Água Branca dezenas de aparelhos públicos do estado ligados a diversas áreas, à agricultura e pecuária, à área social, Fundo de Solidariedade do Estado de São Paulo, o DIEESE e o Instituto da Pesca, os trabalhos para o idoso, de bem-estar, lazer e atividade física, enfim, tudo. Tranca aqueles prédios todos e aí, de 2019 a 2022, você fica com os prédios vazios e trancados, deteriorando e caindo aos pedaços.

No meio tempo a gente tem a infelicidade de viver uma Covid e, durante a Covid, já muda uma lei de equilíbrio fiscal para o Estado mais rico do Brasil, quiçá um dos PIBs maiores do que de alguns países do mundo, dizendo que a gente precisava equilíbrio fiscal. Não tem dinheiro para cuidar de parque. Veja só, nós somos tão pobrinhos, um estado que não tem dinheiro para nada.

E aí, de setembro de 2021 a março de 2022, tem consulta pública, edital e leilão. Pandemia, audiência pública *on-line*. Em agosto de 2022, a Reserva Novos Parques Urbanos assina o contrato e, em maio de 2023, acaba a Covid.

Por favor, se puder passar.

Bom, com a concessão, o que nós temos aqui? Vou fazer um breve resumo. Claro que tem muito mais coisa que aconteceu. Mas, em junho de 2023, prende as aves com o pretexto da gripe aviária. Uma das principais características do Parque da Água Branca, pela qual, inclusive, ele é tombado pelo Condephaat e pelo Conpresp, são suas características rurais. De uma fazenda no meio da cidade de São Paulo, que você passava pelo portão e dava de cara com ganso, com pato, com marreco, com pintinho, com pavão, prenderam todos. A gripe aviária foi um pretexto. Nós temos resposta da Secretaria de Agricultura e Pecuária dizendo que eles não tinham mandado prender nada.

Em 15 de setembro 2023, havia mais de cem gatos vivendo no parque antes da concessão, hoje há trinta e poucos. Em setembro de 2023, dois gatos, um deles – eu tinha essa data documentada – o Glovi, vivia solto lá desde 2012. Eles foram brutalmente assassinados dentro do Parque da Água Branca, um numa ponta, outro na outra.

Em setembro de 2023, a gente tem o principal escândalo de desvio de finalidade do bem público, que foi um evento chamado Pick-up Show, em que a arena central foi dividida em duas: à esquerda, um local para você fazer *test drive* de Pick-up e, do lado direito, você tinha mesas de todas as montadoras de veículos que vendem Pick-up no Brasil, vendendo veículo dentro de um parque público. Se isso não é desvio de finalidade, eu não sei o que é.

Bom, em 2024, a gente indo em todas as reuniões do Conpresp, a denúncia no

Ministério Público, a reuniões do conselho de Conpresp, reunião do conselho do Condephaat.

Em abril desse ano a gente entra em choque quando entra no edifício das baias dos cavalos, que eram ocupadas por um batalhão da PM de São Paulo, e aquele edifício tombado virou uma churrascaria, com um processo no Conpresp e no Condephaat dizendo que era um evento provisório por seis meses, renovável por mais seis meses. Sem autorização do DPH, a churrascaria estava praticamente pronta, em fase de acabamento. Aí que entra uma liminar da Luna Zarattini, que a juíza concede. Aí que a Arsesp vai lá visitar, aí que Semil vai lá visitar. Enfim, ninguém viu nada.

Bom, depois eles conseguem autorização e essa churrascaria está funcionando. Nós tivemos também, ao mesmo tempo, a obra da churrascaria e a obra da Casacor, com muito barulho 24 horas por dia, entrando e saindo caminhão, com total desrespeito a toda a fauna e flora daquele espaço, inclusive lá dentro tem uma área de preservação permanente.

Entre maio e agosto, além das denúncias, teve as liminares, aí tem duas multas Funcap expedidas no conselho do Conpresp, tanto para a Reserva, a Casacor e a Stellantis Peugeot, e outra multa Funcap para Reserva Novos Parques Urbanos e FC, Fazenda Churrascada. Até agora essas multas não foram cobradas. Queremos saber por quê.

Em setembro, acho que todos viram as imagens, acontece o Festival Churrascada, com uma cobrança de ingresso de 829 reais e, se você quiser chegar uma hora antes, pagava mais 200, passava de mil.

E, para finalizar, não quero passar o tempo, Renata.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. REGINA LIMA PIRES – (Risos) Vou ser muito rápida aqui.

Não quero passar o tempo, Renata.

Os parques urbanos da cidade de São Paulo sofrem forte ataque pelos flagrantes desvios de finalidade causados pelas concessões dos bens públicos. Bem, não é serviço tarifado. Esse é o caso do Parque da Água Branca, um dos mais antigos da cidade. Em cima de seus 124 anos de pesquisa científica, desenvolvimento agrícola, serviço social e, claro, o encanto de seus

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 20

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 16 DE 57

bichos soltos, hoje, o Parque da Água Branca está vazio e sem vida, morrendo. Quem conhece aquele parque, entra lá hoje, sente isso.

Quase tudo foi retirado do povo. Tudo em troca, um contrato de concessão descabida do bem público, com o qual empresas particulares, a procura de retorno financeiro, espoliam o bem do povo que chamam de imóvel para locação, inclusive, impedindo a circulação de frequentadores com tapumes metálicos, fechando espaços e cobrando ingressos de quase mil reais, como foi esse evento que eu mostrei para vocês.

Evento organizado pela empresa DCE, do grupo DC 7, mesmo dono da reserva parques, empresa que controla a concessionária Reserva Novos Parques Urbanos. Essas atividades comerciais vêm sendo aprovadas.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Eu vou ter que interromper.

A SRA. REGINA DE LIMA PIRES – Estou acabando. Essas atividades comerciais vêm sendo aprovadas pelo Conpresp, pelo Condephaat, pela Arcesp e pela Semil, mas sem alvará e sem licitação da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

O que a população de São Paulo ganhou com as concessões? Desvio de finalidade, descaracterização do bem público, desmonte de atividades científicas, sociais e culturais que ela perdeu? Espaços públicos gratuitos para lazer, cultura, esporte, bem-estar, relaxamento e prazer, que respeitam a função do parque público do povo.

A população precisa repensar esse modelo que transforma parques em espaços elitizados e caros e expulsando os mais pobres, desviando a finalidade do bem público e retirando o direito ao espaço de lazer do povo.

Obrigada, desculpe que eu me excedi.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Super agradeço. É com culpa, não é nem desculpa, é com culpa mesmo. A questão do tempo é difícil a gente controlar.

Tem mais de 30 pessoas lá embaixo que não conseguiram subir. Então nós estamos tentando por causa da lotação da sala, mas foi o que nós conseguimos. Está um pouco difícil a gente conseguir espaço dentro da própria Câmara. Nós estamos tentando liberar o auditório

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 17 DE 57

externo para que o pessoal acompanhe de lá.

Eu vou passar a palavra ao meu Colega Vereador Toninho Vespoli, peço para ser bem rapidinho. Enquanto isso, eu vou pedir para já escolher alguém do público, para a gente poder fazer umas alternâncias aqui. Muito obrigada.

Consegue ficar um brevezinho?

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Brevezinho.

Boa noite a todos e todas. Cumprimento toda a Mesa na pessoa da Vereadora Renata Falzoni.

Eu acho que essa discussão é importantíssima. Para mim, há uma questão de concepção. Quando a gente vai lá, entrega por uma concessão os nossos parques. Qual que é uma concessão? A minha concepção, e eu acho que Regina acabou falando, eu acho, em cima, sobre qual é a finalidade daquele equipamento.

Aquele equipamento, para mim, é um equipamento da cidade, de todos e todas da cidade, e é algo público. Então quando a gente entrega para uma concessão, eu acho que isso é desvirtuado. Porque estamos no capitalismo, qualquer um que estivesse aqui pegado aquele negócio, você vai pensar em lucratividade. Essa lucratividade faz você distorcer totalmente, no meu ponto de vista, a possibilidade de tratar todas e todos por igual.

Eu sei que o pessoal que está administrando o Parque Ibirapuera está aqui, mas para mim é visível, por exemplo, eu sou da periferia, moro na região de Sapopemba, quando a gente ia ali, quando era moleque, por exemplo, ou até adolescente, para o Parque de Ibirapuera, era a gente via as pessoas da periferia ali.

Hoje, eu não vejo as pessoas da periferia no final de semana, dia de semana já era difícil para a periferia, não tinha condição de ir para o Ibirapuera mesmo, mas no final de semana nós íamos, as pessoas iam. Agora, as pessoas não vão mais, porque as coisas são muito caras lá dentro, porque agora virou mais parece um parque elitizado e é meio *shopping center* do que qualquer coisa.

Se você mora na periferia, vai com duas crianças lá, você não tem 100, 200, 300

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 18 DE 57

reais para gastar ali, porque a criança vai pedir um monte de coisa. Quer dizer, onde é que já se viu? Então assim, você acaba com a concepção.

Na hora de obter lucro – só terminando –, eu preciso atrair parte da clientela, clientela que tem condições financeiras para gastar. Então eu deixo de ser um cidadão de direito e passo a ser cliente de uma concessionária. Eu acho que, para parque público, isso não é cabível de maneira nenhuma.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Toninho, super obrigada.

Eu vou dar a palavra agora para a Sra. Sandra Ramalhoso, que é da Pastoral de Pessoas com Deficiência. Depois já vou passar para o Sr. Claudio Eugenio Neszlinger.

Três minutos para você, pode ser?

A SRA. SANDRA RAMALHOSO – Não vai contando não que eu ainda estou me ajeitando, hein? Assim, não é justo.

Eu vim trazer um comentário, acho que já dá para ver qual seria. O problema de a gente estar nos parques. O Toninho Vespoli falou das pessoas mais pobres, mais humildes. Agora, vocês veem pessoas com deficiência nos parques?

Não dá para ver pessoas com deficiência nos parques, por quê? Porque se a gente vai lá, não tem banheiro acessível. Se a gente vai lá com a família, a família vai fazer piquenique, a pessoa com deficiência não chega no espaço onde tem o piquenique, porque a cadeira de rodas não sobe. Eles fazem aquelas guias e a cadeira de rodas não sobe.

Então eu venho aqui trazer isso, porque eu acho que precisa ser lembrado. A pessoa com deficiência tem que estar em todos os espaços, ela tem que estar em todos os lugares. Os parques são feitos para todo mundo. Não pode ser feito só para elite, não pode ser feito só para quem anda bem, não pode ser feito só para quem tem dinheiro. Então as pessoas com deficiência têm que ter o acesso.

Eu vi lá que num parque, lá estava escrito sobre calçadas, o entorno, que é responsabilidade do parque. Quantas vezes a gente briga tanto aqui com a Prefeitura, com as

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 23

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 19 DE 57

subprefeituras, que nós não temos calçadas, nós não temos onde andar. Então fica muito complicado você acessar qualquer tipo de parque, porque eles também não fazem a manutenção das calçadas, não fazem a manutenção do seu entorno.

Precisa ter rampas acessíveis, banheiros acessíveis. Precisa ter espaço para que a gente possa também usar brinquedos acessíveis, tem crianças que vão para esses parques, já existem brinquedos acessíveis, balanços acessíveis, já tem um monte de coisa. É só colocar, só implementar.

Só que eu acho que essas pessoas não têm esse interesse, eles não têm esse interesse público. Não interessa para ela ter esse tipo de cliente, por quê? Porque esse cliente, o que não paga, porque traz problema. Eles não fazem nada para ter esse tipo de clientes dentro do parque. Nós precisamos ter mais pessoas com deficiência, mais idosos, mais pessoas nos parques.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – MUITÍSSIMO obrigada, Sandra.

Com a palavra, o Sr. Claudio Eugenio Neszlinger, que está representando a Sra. Sylvia Mielnik, Conselheira do Parque do Ibirapuera.

O SR. CLAUDIO EUGENIO NESZLINGER – Boa noite a todos. Obrigado, Renata, pelo convite. Meu nome é Claudio Eugenio Neszlinger. Sou conselheiro do Parque Ibirapuera, tive dois mandatos anteriores, como representante de frequentadores. Estou num terceiro mandato agora, como representante de uma entidade. Sou também membro do Fórum Verde Permanente. Só não estava com a camisa lavada hoje para vir, da qual tenho muito orgulho.

No final do desse segundo mandato, que terminou agora em março, um grupo de quatro conselheiros do parque, todos os representantes de sociedade civil, elaboraram um manifesto que buscava resumir um pouco quais foram os problemas, quais foram os dilemas desses quatro anos de gestão.

Queria estabelecer um contexto que é, apesar de todos esses problemas apontados, nós tínhamos, eu acho que o Ibirapuera é um parque extremamente privilegiado, no sentido de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 20 DE 57

fls 24

ter tido no início, a Tamires Oliveira, que hoje é Chefe do Gabinete da Secretaria do Verde, como Coordenadora do Conselho do Ibirapuera. Atualmente a Juliana Summa, que não está aqui, como a atual Coordenadora.

Então, teoricamente, teríamos todo o acesso às estruturas do poder concedente para endereçar os problemas e acelerar as soluções. Infelizmente, não foi isso que aconteceu o tempo todo. Eu vou ler um trecho pequeno deste manifesto, que foi publicado amplamente, e depois, com todo o respeito ao Samuel, que conheço de longa data, fazer comentários discordando um pouco de alguns pontos da fala dele.

“O Conselho Gestor do Parque Ibirapuera é um colegiado que representa toda população e interesse público em geral. Esse Conselho teve participação fundamental no processo de concessão, tendo trabalhado arduamente de forma voluntária desde o início do processo, em especial para que fosse elaborado um plano diretor do parque antes do processo licitatório, o que não ocorreu.” Fazer um comentário aqui é: houve a judicialização não apenas pelo Ministério Público do Meio Ambiente, mas também uma ação pública do Vereador Natalini, que foram convergidas numa única e a juíza, então de posse dessas duas ações, definiu que a Prefeitura elaborasse o plano diretor do parque para, após um prazo de 6 meses que ela deu, se iniciasse o processo de concessão.

O Conselho Gestor tinha acabado de assumir, participou ativamente desse processo, mas infelizmente no final as suas contribuições não foram incorporadas ao Plano Diretor. E, já discordando um pouco do Samuel, sim, o Ministério Público do Meio Ambiente aprovou o plano diretor que havia sido definido, mas o Vereador Natalini não aprovou e o Conselho de Gestor também não aprovou. Mesmo assim, a juíza entendeu que já era o suficiente para destravar o início da concessão, o que efetivamente aconteceu.

Ao que parece, estamos vivendo um vício estrutural para desestabilizar e esvaziar o Conselho Gestor. E, o mais evidente é a ausência dos representantes das pastas do poder público, que sempre tensiona para a falta de quórum das reuniões.” Temos, além da Secretaria do Verde e de órgãos de tombamento, teremos quatro cadeiras titulares para outras pastas do

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 25

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 21 DE 57

poder público que nunca aparecem. Então, nós elegemos já tudo o que a gente entende que deveria fazer parte da gestão de um parque complexo, como aquele, como esporte, saúde, educação e as secretarias indicam os participantes, que nunca aparecem.”

Então, a gente fazer o jubilamento por faltas, pedir a indicação de novos membros. As secretarias indicam e esses caras nunca aparecem. Então, aqui fica registro do meu extremo descontentamento com esse descaso do poder público com os conselhos gestores, ainda que falando de um parque importante e visível como o Ibirapuera. (Palmas)

Para quem pensa que o Conselho Gestor do Parque do Ibirapuera, mesmo não tendo o poder deliberativo, que foi suprimido pelo Doria, todo mundo aqui acho que sabe desse episódio, seus integrantes tiveram atuação intensa em busca da devida fiscalização da gestão do parque, denunciando construções irregulares em áreas de preservação permanente aos órgãos de tombamento, falta de fiscalização e controle de eventos e ruídos dentro do parque, indo ao TCM para indicar e chamar a necessidade de fiscalização e pedidos diversos de informação à Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Finalmente, o plano de intervenções que nós demoramos quase quatro anos para ter acesso e entender o que estava aprovado desde o início do contrato para que isso fosse feito.

Plano Diretor já comentei. A avaliação de usuários, sim, a Urbi é, por contrato, obrigada a executar e eles executam a pesquisa de satisfação do usuário, mais uma pesquisa que eles desenham, eles contratam a empresa, eles escolhem a amostra e eles publicam. Eu gostaria de ver incluídos nessa pesquisa os antigos frequentadores do parque, que foram excluídos pelos altos preços. Esses caras não estão sendo perguntados o que eles acharam disso. Então, para mim, temos aqui um desvio de função, um ajuste de contrato a ser feito. É o poder concedente que tem que controlar a satisfação do usuário, não é o concessionário. (Palmas)

Recentemente, episódios que foram considerados pelo Ministério Público do Patrimônio como privatização do espaço público, os mais famosos: Espaço Nubank, que cobra pela utilização lá dentro do parque para seus clientes de uma certa categoria; áreas tapumadas

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 22 DE 57

durante os *shows* que é bloqueiam parte do parque pré e pós elaboração dos *shows* na preparação dos espaços. *Shows* caros que reforçam meu ponto de exclusão social e elitização do parque.

Acho que é isso, por hora. Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Muito obrigada pelo teu sempre conciso...

Eu sou frequentadora das antigas lá no parque. A minha primeira memória de infância é dentro do parque.

Quero registrar a presença do meu colega Vereador Nabil Bonduki. Você conseguiu sentar lá no canto, Nabil. Estava dando uma entrevista. Mas está presente o Nabil Bonduki.

Vamos ver a turma *on-line*. Sr. Augusto Luiz de Aragão Pessin, conselheiro.

Enquanto a gente aguarda, então, já chamo o Ricardo Bressiani, caso o Augusto apareça, ele é o próximo a falar. Então, Ricardo Bressiani, que é conselheiro representante da SAB. Por gentileza, com você, três minutinhos.

O SR. RICARDO BRESSIANI – Obrigado, Renata, pela oportunidade de ter organizado isso daqui. Muito importante. Eu sou conselheiro pelos próximos dois anos. Tenho dois colegas de conselho do Parque Villa-Lobos aqui. A gente tem trabalhado bastante, inclusive contratando ambientalistas, para dar norte para as nossas reclamações e contestações.

Tem um ponto muito importante que nós observamos que pode se aplicar a outros parques. Nós somos uma Zepam, Zona Especial de Proteção Ambiental. Ela tem uma legislação estadual específica para este Parque Villa-Lobos, Parque Cândido Portinari, que é o seu vizinho. É por uma questão de matrícula que são dois parques. Mas eu queria chamar atenção de que existe uma ocupação máxima na legislação estadual de 10%, ou seja, você só pode impermeabilizar 10% da área do parque. Não existe controle disso. Existem instrumentos, mas ainda não existe controle.

Segundo ponto muito importante que nossos especialistas levantaram: somos um corredor ecológico. A gente conecta com a Cidade Universitária, com o Butantan, com o Alto de Pinheiros, então, as aves transitam o tempo todo para lá e para cá, as maritacas, o bem-te-vi.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 23 DE 57

fls 27

Os Saruês, agora, estão fugindo do parque. Os quero-quero estão invadindo nosso bairro, porque o parque não tem condição. Não dá. O parque foi feito, o Parque Villa-Lobos é novo, tem 30 anos. Aquilo era um alagado, a gente viu construir. Então, precisa preservar.

Outra coisa muito importante. Você já mencionou aqui: o nível de som. Legal, mas como que mede? O que nós observamos é que, usando dispositivos normais de normas brasileiras, as medições são pontuais. Alguns pontos ao longo do evento. Nós, moradores, sugerimos que durante todo o evento seja monitorado o som dos parques quando tem evento, porque não é um ponto, é o período onde a gente mora. (Palmas) Então, isso precisa e é fácil.

O terceiro ponto que eu queria mencionar e é muito importante é que o Ibirapuera já tem um plano diretor. Todos os parques deveriam ter um plano diretor. O que pode acontecer e onde dentro do parque? Isso tem que ser feito em conjunto com o entorno.

Finalmente, vale a pena mencionar que nós somos parceiros da Sociedade Amigos de Alto de Pinheiros, que já entrou no Ministério Público para exigir o Termo de Ajuste de Conduta assinado 15 anos atrás.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Super obrigada. Vou passar agora a palavra à Sra. Márcia Maria Cunha de Souza, representando o IAB, pelo que eu lhe agradeço.

A SRA. MÁRCIA MARIA CUNHA DE SOUZA – Obrigada. Bom, boa noite.

Venho aqui como conselheira do Parque da Água Branca, representante do IAB, Instituto dos Arquitetos do Brasil. Também sou participante do movimento da Associação Amora Perdizes, muito onde a comunidade tem uma prioridade enorme na questão do Parque da Água Branca.

Quero agradecer, em nome da nossa comunidade, a Renata por estar abrindo esse espaço tão importante para a gente falar das questões da cidade, do nosso parque. Em nome dela, saúdo todos os presentes aqui, nesse momento, em que a gente está vivendo, enfim, essa pausa democrática para falar da nossa cidade.

Eu tenho uma imagem que você pode, por favor, projetar para mim?

- Oradora passa a se referir a imagem exibida na tela de projeção.

A SRA. MARCIA MARIA CUNHA DE SOUZA – É uma única imagem. Eu tomei a liberdade de emprestar uma imagem do mercado imobiliário de Perdizes, para que, enfim, a gente possa falar sobre a questão do parque sob muitos aspectos. Escolho aqui um recorte que trata um pouco da dinâmica que está acontecendo na nossa cidade e nos nossos parques. Então, eu tomei a liberdade de emprestar essa imagem para a gente fazer uma reflexão em conjunto.

E sobre isso vou fazer a leitura de um pequeno texto. Bom, emprestei uma imagem do mercado imobiliário, aliás, em geral desrespeitoso com o nosso meio urbano, em parte graças ao Plano Diretor aprovado nesta Casa, para nos ajudar na reflexão sobre o Parque da Água Branca no conjunto da cidade. É impressionante como o que essa imagem entrega, um pulmão verde pulsando no meio do concreto, num entorno arborizado, é fato importantíssimo, em plena crise climática. O próprio mercado que oferece essa imagem, que vende essa possibilidade, vai removendo com apetite voraz, acelerado e sem virtudes, tudo o que está estabelecido aí, todo este verde.

E é nesse ponto que nós chegamos dentro do Parque da Água Branca, que hoje opera numa dinâmica similar ao meio urbano, uma vez que foi concessionado não para uma empresa ligada ao meio ambiente, mas para um grupo do seguimento de eventos, que entende como possibilidade de lucro cada metro quadrado do parque. E que investiu na concessão, que engloba o Parque da Água Branca, por um período de 30 anos, algo como 65 milhões, o que, considerando essa região da cidade, eu diria até que foi barato, porque é uma região extremamente valorizada. E até me surpreendo quando venho compor uma Mesa para falar sobre parque e aqui eu venho repetidamente falando sobre mercado imobiliário. Mas de fato, senhores e senhoras, é disso que se trata.

Para ser breve, respeitando os cinco minutos, parece que a questão central que acontece nessas concessões é o deslocamento do olhar, que passa a tratar o espaço público na lógica do espaço privado e, prioritariamente, como um negócio. Este é o ponto central das concessões, é o deslocamento do olhar do público para o privado.

Bom, nesse cenário, aves soltas que sempre foram uma atração no Parque da Água Branca, são retiradas ou trancafiadas. O Museu Geológico, nosso querido MUGEO, foi extinto; o aquário segue fechado; o espaço de leitura foi desmontado; a Casa do Caboclo, abandonada como vários edifícios com tombamentos históricos e arquitetônicos em nível municipal e estadual. Tudo isso para quê? Tudo isso por quê? Tudo isso para favorecer novas locações para atividades quase sempre sem afinidade com o ambiente do parque. Ou melhor, na maioria das vezes, ao contrário disto.

Nessa inversão de usos, não raro o parque abriga canteiro de obras ruidosos, tapumes isolando acessos e visão, e áreas dedicadas a eventos caríssimos, o que naturalmente vai expulsando frequentadores e frequentadoras que já não encontram ali contemplação, pausas, silêncio, conexão com fauna e flora.

Eu vou pedir só para você passar uma próxima. Aqui, eu gosto, quer dizer, eu desgosto dessa imagem que tem os tapumes cerceando o nosso espaço no parque, para a ocorrência de um evento extremamente caro, que foi até citado pela Regina. E eu não sei se dá para ver, mas atrás do tapume tem uma chamada dizendo: academia ao ar livre. É disso que nós estamos falando.

Seguindo para a conclusão, eu digo que por óbvio, para além de denunciar esse estado de coisas, há um arco de ações de curto, médio e longo prazo que podem e devem ser tomadas pela sociedade civil e entes públicos, desde a reversão da concessão até um diálogo propositivo com a concessionária, que não ouve o nosso Conselho. Mas nessa direção, concluo com um convite de resistência e pertencimento. O que quero dizer, e que me parece fundamental, que nesse contexto, nós, população, cidadãos e cidadãs, não esqueçamos de usar o nosso espaço dos parques. Ocupar esse espaço ao que ele se destina, piqueniques, encontros, esporte, caminhadas.

Por mais que o sistema que está implantado esteja projetado para nos expulsar dos parques, é muito importante que a gente mantenha os nossos laços de pertencimento. É muito importante que a gente não deixe de ocupar os espaços e que chame mais pessoas para essas

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 26 DE 57

conversas. Porque, de fato, gente, parque não é negócio imobiliário, parque não é *shopping* parque não é estacionamento. Parque é parque e o parque é nosso, então vamos ocupar.

Eu queria só pedir para você deixar, enfim, é expectativa e realidade. É isso o que é vendido e o que a gente encontra lá no nosso dia a dia.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Super muito obrigada, Marcia. E eu gostaria então de chamar a Isabella Rossito, que é advogada e está na plateia, por gentileza, três minutos. Muitíssimo obrigada, Isabella.

A SRA. ISABELLA ROSSITO – Muito obrigada. Boa noite a todos, eu gostaria de trazer alguns esclarecimentos sobre o modelo de concessão dos parques. O mais importante, acho, é destacar que o parque continua, os parques concedidos continuam sendo bens públicos de acesso irrestrito e gratuito para a população. E esse é justamente o modelo da concessão.

Essa é uma concessão que não tem pagamento de tarifa por parte do usuário e também não tem aporte de recursos públicos, o que significa que todos os investimentos, tudo o que é necessário para manter o parque funcionando no dia a dia, precisa sair do bolso da concessionária. E de onde que ela tira os recursos para isso? A partir da exploração de fontes de receita, que então é imprescindível, isso é do modelo do contrato de concessão.

E eu gostaria de destacar alguns números. Antes, a manutenção do Parque Ibirapuera custava em torno de 29 milhões de reais, por ano, para o município. Hoje em dia a Urbia gasta mais de 90 milhões, e já foram investidos 290 milhões de reais nos primeiros cinco anos de gestão do parque, que é mais do que o dobro do que estava previsto no modelo de concessão. E tudo isso vai reverter para o Poder Público ao final da concessão. Tudo isso vai ser integrado ao patrimônio do município de São Paulo.

Então, eu acho que era muito importante de destacar esses pontos. E também com relação às alegações de loteamento de transformação do *shopping* num parque. Na verdade, o que se procura é oferecer serviços para a população que frequenta o parque, melhorar a qualidade desses serviços e até usando como exemplo a questão da Casa Nubank, é aquele

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 27 DE 57

espaço, aquele equipamento não era aberto ao público antes da concessão. Era um equipamento que estava desativado, em condições precárias de conservação, que foi completamente remodelado pela concessão. E, inclusive, a parte externa dessa instalação é aberta ao público, sem o pagamento de qualquer taxa. Acho que é muito importante de destacar esses pontos.

E, em suma, a concessão economiza dinheiro público. São recursos que podem ser empregados em outras áreas de necessidade do município. Garante, sim, o livre acesso ao cidadão e promove esses investimentos que são necessários para a conservação e para a melhoria do equipamento público.

E por fim, antes de terminar, eu gostaria só de pedir a gentileza de que a palavra seja devolvida ao representante da Urbia, para que ele também possa se manifestar sobre as manifestações que estão sendo feitas.

Muito obrigada. Boa noite a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Muito obrigada, Isabella. Eu queria destacar a presença da Colega Marina Bragante, que está aqui no começo da Mesa. Super obrigada.

Daqui a pouco a gente vai ter que subir para dar uma presença lá, então eu pergunto se eu consigo deixar, Nabil, você fala dois minutos e meio cravado, querido. Já dei três, já cortei 30. Pode ser, Nabil? Está contigo, depois você, Marina, a gente vai ter que fazer um rodízio.

O SR. NABIL BONDUKI – Eu já falei tanto sobre esse tema que talvez possa falar menos até. Primeiro, cumprimentar todos os presentes. Está dando para ouvir? Prefiro falar de pé. Já falei muito sobre esse tema. Eu acho que é um tema fundamental hoje para São Paulo, discutir a questão não só das concessões dos parques, mas das concessões como um todo. Quer dizer, esse é um princípio que a gestão atual está levando adiante em cima de uma lógica que é um pouco o que foi falado agora.

Quer dizer, são espaços públicos, são terrenos muito bem localizados na cidade. Pode ser parque, pode ser equipamento, pode ser mercado, pode ser cemitério, vários tipos de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 32

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 28 DE 57

equipamentos, de espaços públicos, que têm um valor imobiliário muito alto e que a lógica da atual Prefeitura é explorar economicamente esse espaço para reduzir o orçamento público que é utilizado nesses locais, teoricamente sendo usado para outras coisas que não essas. Essa é a lógica básica da concessão.

Só que isso só teria sentido se não se descaracterizasse determinados objetivos da existência do parque. Se o parque ou qualquer outro desses equipamentos perder a sua função pública, não é só a possibilidade de entrar dentro dele, ou de enterrar uma pessoa, ou de comprar alguma coisa no mercado, mas o que caracteriza a alma desses equipamentos. Então, eu acho que essa é a questão fundamental. A concessão precisa respeitar a natureza original do parque, a natureza, a função original do estádio, a função original dos vários tipos de concessões que são feitas, de espaços que são concedidos. Eu acho que é essa questão.

E acho que em certas situações não tem por que o Poder Público não investir num parque. Não investir na manutenção de um parque, na segurança de um parque, porque o Poder Público não investe para, e aliás, investiu muito, quase 6 bilhões em recapeamento de ruas, porque entende que a rua é um espaço público. Então, por que não pode investir num parque, num estádio? Então, no fundo, nós estamos entregando para a exploração de lucro espaços públicos necessários. E obviamente aí nós vamos entrar em toda uma discussão sobre o que é um parque, para que ele serve.

O Parque da Água Branca, eu já falei muito sobre ele, claramente tem uma finalidade, tem um objetivo, tem um histórico que está se desfazendo com a concessão, já se desfez em boa parte. Então, queria só para completar, já que acho que tenho um segundo, mas eu acho que a questão fundamental foi colocada aqui, o que nós temos que fazer? Eu acho que em alguns casos, não vou falar de todos, porque qualquer tipo de desfazimento de concessão vai implicar em indenização. Portanto, não é assim também que a gente pode tratar essa questão. Mas em alguns casos, nós deveríamos avançar no sentido de romper a concessão.

Eu, inclusive, estou questionando amplamente, e estou começando por ele, porque eu acho que é o mais fácil, desfazer a concessão do Anhangabaú, porque, primeiro, no

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 29 DE 57

fls 33

Anhangabaú não houve investimento, porque todo investimento foi feito pela Prefeitura. Segundo lugar, é um espaço público aberto para a cidade e que a concessão cerca esse espaço, inclusive, para o livre trânsito das pessoas. Livre trânsito para ir para a Estação do Metrô, para ir da São João de um lado para outro, da própria Av. São João, sem falar do barulho e todas as consequências disso.

Então, eu já entrei com uma ação visando rediscutir essa concessão. E, aliás, foi feita sem lei específica. Vocês não sabem, o Anhangabaú foi concedido utilizando um inciso da Lei de Concessão, que diz que baixos dos viadutos podem ser concedidos. E aí se entende que debaixo do Viaduto do Chá, é uma área que começa numa ponta e vai até quase 500 metros para frente. Isso é debaixo do Viaduto do Chá. Então, acho que é uma possibilidade mais viável, a curto prazo, de discutir isso.

Em muitos casos, tem que ser aplicada a própria regulação do parque. E aí eu quero também voltar a um assunto, desculpe, acabou meu tempo, desculpe, Renata. Eu queria só falar uma coisinha que tem a ver com o que o Cláudio estava falando antes, que é o seguinte, a questão dos conselhos gestores e tirar o caráter deliberativo dos conselhos gestores no município de São Paulo. A lei dos conselhos gestores é de minha autoria em coautoria com o Vereador Carlos Neder, e dava poder de deliberação para o conselho gestor. Isso foi retirado em 2016, 17, na gestão do Doria, com o objetivo claro de fazer as concessões. Eu acho que temos de recuperar isso, porque aí você tem uma instância que tem poder de deliberação para poder dialogar com o poder, com o concedente, para, a partir daí, poder encaminhar o que deve ser feito.

Então é isso, desculpe ter ultrapassado uns minutinhos, Renata. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Eu super agradeço. O Toninho Vespoli pediu desculpas para vocês, ele está indo lá dar presença, porque ele vai debater o projeto que a gente tem que votar hoje à noite. Então, muitíssimo obrigada, Toninho.

Antes de passar a palavra para a Marina Bragante, quero saber se tem alguém *on-line*, que até agora não chamei ninguém *on-line*. Temos aqui a Claudia Santana Martins, do

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 30 DE 57

Fórum Verde Permanente, que é membro do grupo organizativo. Te dou três minutinhos, pelo que eu lhe agradeço, Claudia.

A SRA. CLAUDIA SANTANA MARTINS – Muito obrigada Renata, por ter convocado essa audiência. Eu queria ressaltar alguns pontos, inclusive, que você já havia falado sobre alguns deles e outros que se manifestaram também falaram.

O primeiro ponto que eu gostaria de ressaltar é sobre a desconsideração dos conselhos gestores. Os conselhos gestores dos parques concessionados não têm sido consultados sobre obras ou eventos nos parques. Isso acontece no Ibirapuera e no Trianon, por exemplo, que são parques que eu tenho acompanhado mais de perto. No Ibirapuera, eu assisti uma reunião, no final de 2023, em que o advogado da Urbia participou e chegou a ameaçar o conselho, dizendo que esse não tinha o poder de fiscalizar.

Como o Nabil falou, nós não temos mais o poder deliberativo, mas o poder de fiscalizar nós temos sim e, inclusive, o poder de deliberar, em muitos casos, a lei não retirou. Esse poder de fiscalização está descrito na Lei 15910, de 27 de novembro de 2013, que regulamenta os conselhos gestores de parques municipais. No Parque Trianon, o Conselho está sempre solicitando que a agenda de eventos seja compartilhada com o conselho, mas isso frequentemente não acontece.

O segundo ponto, é essa ênfase no aspecto comercial nos parques, como o povão diz aí, a transformação dos parques em *shoppings centers*. Os parques estão se transformando em locais pautados para eventos comerciais, shows e exploração lucrativa. E esses eventos muitas vezes têm barulho e iluminação excessivos que podem prejudicar a fauna, um excesso de anúncios, inclusive de bebidas alcoólicas. Então, isso deveria ser mais bem regulamentado. A ênfase no lucro leva a descaracterização da função original dos parques como espaços de contemplação e convívio com a natureza.

Outro ponto é a elitização do acesso, a cobrança para entrar em certas áreas ou para realizar certas atividades, elitizando e afastando a população de menor renda. Então, as concessionárias não garantem o acesso democrático, a preservação ambiental e a identidade

cultural dos parques.

Um quarto ponto é a deterioração e falta de manutenção em áreas que não são lucrativas. Então, por exemplo, em alguns lugares os banheiros são inadequados, não há bebedouros, ou os bebedouros não são funcionais, porque isso não dá lucro.

O quinto e último ponto, para não estourar o tempo, é a falta de fiscalização por parte do poder público, que compromete o acompanhamento do contrato e a garantia de que os interesses ambientais e públicos sejam priorizados.

Novamente agradeço a Renata e um abraço a todos os presentes. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Muitíssimo obrigada, Cláudia. Super obrigada por ter se mantido no seu tempo. Agora vou passar a palavra à nobre Vereadora Marina Bragante.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Boa noite. Eu, primeiro, queria parabenizar pela audiência, acho que esse é um tema que está vivo na Cidade.

Exista muita gente incomodada de norte a sul, de leste a oeste; e eu fico, de certa forma, feliz que estamos incomodando com isso, porque é importante numa cidade como São Paulo olharmos para os nossos parques e garantir que eles cumpram a sua função pública, como disse o Vereador Nabil.

Para mim, existe um desafio, que é: o parque, numa cidade como São Paulo e como tantas outras, o retorno que o parque traz para o Poder Público não é um retorno necessariamente financeiro imediato, mas ele investe na contemplação da natureza, na relação com a natureza, na relação com a comunidade que frequenta o parque, construindo ou – no caso de São Paulo – reconstruindo um tecido social que está tão esgarçado; ele dá retorno para que haja uma população mais saudável não só fisicamente, mas mentalmente.

Isso tudo se reverte no Orçamento público quando usamos menos o SUS e quando há menos insegurança pública na Cidade, quando há uma sociedade mais saudável.

Agora, quando se faz a concessão de um parque, esse retorno não está na conta da concessionária, então, ele tem que ser revertido de outra forma. E temos um desafio de repensar

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 36

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 32 DE 57

a forma como estamos lidando com isso na Cidade, porque esse espaço de contemplação da natureza e de viver coletivo tem perdido relevância, que são os parques da cidade de São Paulo. Esse é um ponto importante.

Outro ponto é que temos estudos pelo MMA, por exemplo, e do ICMBio, de parques nacionais, de concessões que tem dado um retorno positivo. E acho que cabe a nós, nos nossos mandatos, entender qual é a diferença entre um parque urbano e um parque que é de proteção, de preservação e como se pensa esse modelo de concessão, de uma forma que ele consiga garantir que a população tenha acesso, faça uso do parque, com calma, tranquilidade, sem um barulho do microfone falando o tempo inteiro, como acontece, por exemplo, no Parque do Villa-Lobos de sábado de manhã, que não é municipal, é estadual.

Esse é outro desafio é como olhamos para esses dois modelos de concessão que a cidade está vivendo, o municipal e o estadual, e encontra a melhor forma de incidir sobre eles.

Concordo com o nobre Vereador Nabil que precisamos ter cuidado de como pretendemos trabalhar com essas concessões. E, num primeiro momento, acho que podemos ampliar o debate, fiscalizar melhor, envolver a população nesse processo, resgatar os Conselhos com mais relevância, propriedade.

Esse é um papel que nós, Vereadores, podemos fazer na Cidade. E coloco o meu mandato, mais uma vez, à disposição.

Parabéns, nobre Vereadora Renata, pela audiência. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Muito obrigada, Vereadora Marina.

Anuncio a presença do Movimento O Parque é do Povo. Muito obrigada pela presença. (Palmas)

Passo a palavra à Sra. Mônica Pilz, conselheira do Villa-Lobos.

A SRA. MÔNICA PILZ – Boa noite. Meu nome é Mônica Borba, eu sou fundadora do Instituto 5 Elementos – Educação para a Sustentabilidade e acabei de entrar, pela segunda vez, no Conselho do parque. Fui do Conselho, na época do Professor José Goldemberg, quando era Secretária de Meio Ambiente, onde existia um núcleo da sociedade civil que permanece, que é

local, e servidores públicos muito dedicados para construir o parque, naquela época, que era praticamente um deserto.

Estou resgatando isso porque sempre houve reuniões de contribuição, de planejar, de pensar junto. Eu ainda não tomei posse, mas fui recentemente a uma reunião e fiquei muito impressionada com o modelito da reunião. E eu queria compartilhar isso, porque acho que todo mundo aqui já falou tantas coisas importantes para refletirmos sobre essas questões.

Eu cheguei antes, porque fizemos um percurso pelo parque. E a pessoa que nos levou a passear pelo parque, com um carrinho e tal, apresentava algo que parecia um tabuleiro de xadrez com nomes americanos de cada espaço dizendo: “Isso é para fazer isso”, tudo o que não tem nada a ver, na minha opinião, com um parque. Não há atividades voltadas à paz, ao amor, ao carinho, à preservação; zero de participação social. Não existe voluntariado para cuidar do parque e milhões de coisas que poderíamos realmente estar utilizando do parque, como já fizemos no passado.

Eu tive a oportunidade de coordenar um Centro de Educação Ambiental no Villa-Lobos e, na época, havia mais de 100 voluntários que ajudavam em várias atividades, inclusive as atividades aos finais de semana eram compostas por voluntários, nós cuidávamos do espaço. Então, havia muita gente trazendo conhecimento e prática ligados à educação ambiental, ao bem-estar, à vida saudável, dentro de um espaço público.

É assim que pode acontecer dentro de um parque, sem gastar dinheiro, são as pessoas que deveriam estar participando do cuidado. Havia médicos que iam lá ajudar a mexer na composteira às 7h da manhã. É verdade isso. Havia gente que ia ajudar a fazer muda para distribuir para as escolas, entre tantas coisas legais que podem acontecer, sem ter dinheiro envolvido, porque essa questão de tudo estar comercializado é muito constrangedora para todos nós.

Quando chegamos na reunião do parque, tem um *powerpoint* com as atividades que vão acontecer no parque: “Esse vai ser mil pessoas”, “esse vai ser não sei quantas mil pessoas”, “essa vai ser a música do não sei o quê”. Ou seja, realmente é atordoante o modelito da reunião:

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 38

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 34 DE 57

zero de conversar e pensar juntos.

Eles chegam com tudo pronto e o Conselho tem que aprovar isso, não tem que aprovar isso. Inclusive, o Conselho não aprovou a Festa Junina, que começava em maio e terminava em julho, e era assim direto. Todo mundo gosta de Festa Junina, mas aquilo virou um tormento para muitas pessoas.

Gente, todo mundo sabe que as concessões têm que estar ligadas aos Planos Diretores. O Parque Villa-Lobos tem Plano Diretor, tem o Plano de Educação Ambiental e nada é seguido ali dentro. Essa é a realidade.

Eu, que sou da área ambiental, fico chocada de pegar um parque onde toda a matéria orgânica sai de lá para não sei onde e não tem compostagem, não tem adubação das plantas com os próprios rejeitos, não tem coleta seletiva, não tem identificação de aves, não tem nem o básico que deveria haver num parque.

Para mim, o básico é ir lá conhecer o nome das árvores, como elas funcionam, a importância do parque para as mudanças climáticas. Nós tínhamos um espaço dedicado ao Villa-Lobos, com a história dele, super lindo, com um parque de brinquedos feitos de sucatas, com elementos musicais. Nada disso existe mais, não existe nenhum lugar contando a história do parque. É tudo muito ruim.

Por último, gente, a comunicação. Pode entrar no *site* deles, que não tem nada de informação do que eu estou falando: o que vai ser feito, como vai ser feito. A comunicação deles é pífia perto do que eles ganham de dinheiro. Então, eles têm que prestar conta para a sociedade não só economicamente, mas de qual impacto socioambiental, de fato, que tem que acontecer.

Eu tinha muitas outras coisas a falar, mas já acabou meu tempo.

Agradeço a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Super obrigada, Márcia.

Agora vamos chamar o Sr. Hélio, do Instituto De Olho No Futuro.

O SR. HÉLIO – Boa tarde a todos. Na realidade, eu estou representando o Sr. Emerson, do Instituto De Olho No Futuro, que também foi Conselheiro do Horto Florestal.

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 35 DE 57

Também sou frequentador do Horto Florestal e ele está ali com a comunidade há muito tempo, por isso me pediu para passar várias questões do Horto Florestal.

Diminuição da segurança e fechamento de portaria. Isso gera toda uma insegurança e também corta todo o fluxo dos moradores, principalmente ali perto do Peri, que é a traseira do Horto Florestal.

A Marina falou também da questão do Horto Florestal, que é uma reserva ambiental da Serra da Cantareira. Então, é muito mais complexo que um Parque do Ibirapuera, porque tem toda uma fauna e uma flora que tem que ter muito mais cuidado numa concessão.

Vocês sabem quanto custa para subir nas trilhas do Horto? Sessenta reais. Então, se for você, sua esposa e seu filho, você gasta R\$ 180,00 para subir. Eu sempre subi lá, sempre. Não subo mais e acho que a frequência, com certeza, deve ter diminuído. É um absurdo isso.

Sobre os brinquedos que ocupam lugar, como o pula-pula, que você tem que pagar, eles ficam em frente aos brinquedos que não são pagos. Então, você imagina a periferia que desce lá, e daí, seu filho: “Não, papai, eu quero ir no pula-pula-pula, eu quero ir na piscina de bolinha”. Também não estou frequentando muito mais o Horto com meu filho por causa disso.

Então, a questão social fala bem alto ali. E toda a questão da remoção das ninfeias que integram o projeto paisagístico, histórico; da tarifa do museu alta, sendo que a gratuidade é apenas um dia por mês e, durante a semana, é limitado o acesso da população.

Falta manutenção e segurança de áreas que não são destinadas a comércio, como ciclovia, o núcleo Arboreto Vila Amália, a Olaria. E fechamento das portarias, que eu já mencionei, da av. Parada Pinto, induzindo a ruptura ali. Liberação de bicicletas em áreas com pouco espaço, então geram um conflito, gera acidente e precisa ser mais bem orientada a questão entre pedestres e ciclistas. E tem totens de LED, tudo o que tem nos outros parques. E propagandas, inclusive de *bets*, no parque.

Eu também sou ciclista e vou ao Horto para ficar em silêncio. Mas tem aquele som enorme de gente que fica fazendo ginástica, um som enorme que você escuta fora do parque. E a última coisa que eu citar, que é o mais importante: houve uma morte dentro do Horto, por

questão de falta de segurança, perto do Batalhão da Polícia Militar, e a administração do parque fala que é uma questão da polícia, mas foi dentro do parque, aconteceu no ano passado. Isso é uma questão de segurança muito importante que eu mais queria ter relatado.

E ainda os Conselhos Consultivos do parque não funcionam. Falta quórum, não tem substituição dos membros.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Super obrigada, Sr. Hélio. Agora, tem a palavra o Sr. Fábio Sanches, da Rede Nosso Parque.

O SR. FÁBIO SANCHES – Obrigado. Parabéns, Vereadora Marina, por sugerir que os contratos passem a conter preços populares, obrigação de oferecimento de preços populares nos parques.

Bom, eu gostaria de chamar atenção para vocês que estão focados na questão do parque para a mudança recente do paradigma sobre concessão de parques. O Governo do Estado está concedendo seis parques urbanos e o paradigma agora não é mais outorga onerosa, pagar uma parte do lucro. O Estado vai começar a pagar para as concessionárias R\$ 3,7 milhões por ano. É a concessão que está acontecendo da antiga Febem, do antigo Carandiru, que é o Dom Paulo Evaristo Arns.

Prestem muito atenção nisso: está mudando esse paradigma. Eles colocaram renda como um item importante às empresas que vão concorrer a essa concessão. Têm que ter 500 mil visitantes por ano, o que reduz muito. Eu diria que são uma ou duas, na minha conta, as empresas que podem concorrer e levar essa galinha morta. Essa é uma questão.

A outra questão muito importante é que não há planejamento. O Plano Diretor do Ibirapuera, por exemplo, a Prefeitura queria entregar para a concessionária. Vocês se lembram? Eu me lembro. O Samuel tinha cabelo preto, estava lá. Então, judicialmente, a Prefeitura foi obrigada a fazer um Plano Diretor razoável, por pressão do Conselho.

O Plano de Metas da Prefeitura acabou de sair: zero novidades no que se refere à questão do meio ambiente, parece um “copia e cola” da anterior. E conceder Água Branca e

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 37 DE 57

Villa-Lobos junto, parques totalmente diferentes, zoneamento diferente, público diferente, um todo tombado e o outro, não; é ridículo, não tem planejamento.

Há duas semanas, a concessão das florestinhas com um nome muito bonito: PERCE – Plano Estadual de Recuperação e Conservação Ecológica. Lindo. E que significa o seguinte: “Empresas, venham, peguem as nossas florestinhas e ganhem crédito de carbono, porque nós, Governo Estadual, não queremos fazer isso”. Muito bem. Isso está acontecendo agora.

O detalhe é que isso vem junto com uma chamada pública. Ou seja, criou-se o PERCE, criou-se a lei para a concessão das florestinhas para crédito de carbono. E fez-se uma chamada pública para as empresas: “Senhores empresários que querem ganhar crédito de carbono com as empresas e com as florestas estaduais,” – que estão lá lindinhas, cercadas, bonitinhas; é um crédito de carbono caríssimo – “indiquem quais as florestas que vocês querem”. É uma chamada pública. “Venham cá e digam: ‘nós queremos ganhar com essa ou com aquela’”.

Planejamento zero. Fim dos institutos de pesquisa. Os técnicos do Governo Estadual já estão precarizados. E os prazos enormes para a concessão: 30-35 anos.

Há um artigo no Conjur dizendo que não há obra dentro de um parque que justifique obter lucro depois de 30-35 anos. Não há. Não existe. É um absurdo. Fiscalização precária.

Por fim, quais são as vacinas para isso?

Tem que voltar o conselho da sociedade civil na Arsesp, no âmbito estadual; e, no âmbito municipal, apoio a proposta do Fórum Verde de voltar o conselho deliberativo para os parques. É extremamente importante que isso retorne.

Eu queria chamar a atenção de vocês para essa mudança importantíssima de paradigma. E chamar a atenção de vocês para a necessidade de participação popular. E vamos em frente, atentos, porque me parece que eles perderam um pouco a noção. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Obrigada, Fábio.

O próximo palestrante é o Mario Sérgio Andrade Silva, do RunFun Assessoria Esportiva.

O SR. MARIO SÉRGIO ANDRADE SILVA – Boa noite a todos.

Renata, obrigado pela oportunidade. Boa noite, todo mundo.

Eu tenho 35 anos de formado como educador físico e 35 anos trabalhando na área da corrida, da qual participo, com muita alegria, há 35 anos, com outros treinadores – Branca, Marcos Paulo e outros que estão no mercado de corrida. Sou fundador e conselheiro, com muito orgulho, da Associação de Treinadores de Corrida, que o Douglas preside de maneira brilhante. Fui o conselheiro mais votado do Parque do Ibirapuera, pré-pandemia. E sou fundador de um projeto social chamado Associação Esporte Solidário.

Eu vou contar rapidamente a história da corrida em São Paulo.

Há 35 anos, as pessoas começaram a querer correr em provas nos Estados Unidos, ou aqui, nas primeiras provas que começaram a ser organizadas pela Corpore no Parque do Ibirapuera. Nós, treinadores, que trabalhávamos em academias, muitos de nós, começamos a orientar essas pessoas através de planilha. E, a partir do crescimento da corrida, essas pessoas, por falta de espaço seguro para correr, começaram a se encontrar no Parque do Ibirapuera e na Cidade Universitária.

Muitas mulheres não podem, como até hoje não conseguem, correr na rua por falta de segurança, então procuram os parques para isso. Muitas vezes, pegam o carro no Morumbi para ir até o Parque do Ibirapuera para correr.

Nesse momento, a ATC – Associação dos Treinadores de Corrida de São Paulo, naquele tempo, há mais de 20 anos, quando foi criada, apresentou vários projetos; e, inclusive, no Ibirapuera, um projeto para dar treinamento nos finais de semana.

As assessorias faziam um rodízio para orientar gratuitamente a população que lá ia treinar. E estou falando de 2005-06, na época que o Eraldo trabalhava lá.

Depois disso, São Paulo se torna a capital de corrida do Brasil. Depois disso, São Paulo se torna a capital de corrida da América Latina. Hoje, 15 milhões de brasileiros correm nas ruas do Brasil, ocupando espaços públicos. Hoje, em qualquer cidade, vocês vão ver avenidas sendo ocupadas, parques sendo ocupados, calçadas e por aí vai.

Com isso, a saúde do brasileiro melhorou, porque são 15 milhões que antes estavam

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 43

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 39 DE 57

sem fazer nada, sedentários, que passaram a procurar no esporte. E aí vai desde assessorias que trabalham e se encontram de maneira quase que gratuita até assessorias que cobram mais – e cobram porque têm profissionais extremamente capacitados que fazem parte desse grupo de pessoas que estudaram para isso, e, logicamente, têm que cobrar para oferecer as suas planilhas.

Por fim, hoje, nós temos milhares de pessoas que vivem desse mercado: organizadores, treinadores, pessoal que trabalha entregando água, projetos sociais que dependem disso. E o que recebemos, no final, é um processo da concessionária contra nós três – três assessorias. A RunFun, Marcos Paulo e Ricardo receberam um processo da Uber por não terem assinado um contrato que, em nenhum momento, assinamos, e não iríamos assinar mesmo porque está errado.

E eu só queria deixar clara essa história, porque ela não deveria ser apagada.

Nós somos a favor, sim, de uma conversa. Nós nunca fomos contra pagamento de qualquer coisa que seja necessária, se a cidade achar por bem. Nunca fomos contra. Mas da maneira como está sendo feita, está errada, impositiva e não respeita a nossa história.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Muito obrigada, Mário Sérgio.

Tem a palavra a palavra Deny Gomes, que é da Frente Contra a Ampliação do Aterro Sanitário.

Por gentileza, três minutos para você, querido.

O SR. DENY GOMES – Obrigado, Renata e equipe.

Não é uma questão somente errada, mas também ilegal.

Nós acabamos de ouvir um crime de responsabilidade da Prefeitura, que fala que são 290 milhões para o Ibirapuera, e somente 10 milhões para o Parque do Carmo, que é o maior parque de São Paulo, localizado no extremo-Leste, que atende mais de um milhão de pessoas naquela região.

Cadê os 290 milhões naquele lugar, Secretário do Verde? Não tem. Os direitos são

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 40 DE 57

fls 44

iguais? Não existem esses direitos iguais. Será que o direito da cidade é só para os clientes vip do Nubank?

É muito engraçado quando nós vemos a situação da propaganda do ecoparque que vemos do Ricardo Nunes.

Que ecoparque? Alguém já ouviu falar de ecoparque com incinerador? Há uma queima de lixo acontecendo no extremo-Leste. E é muito grave esse crime ambiental que está acontecendo. É um racismo ambiental que a cidade de São Paulo está cometendo há mais de 12 anos, desde a gestão Doria – porque Ricardo Nunes também fazia parte da Gestão Doria. E isso é do Doria, do saudoso Bruno Covas também, que é um prefeito que eu respeito pela história da constitucionalidade, porque sempre foi urbano com as pessoas, e coisa que, infelizmente, o seu herdeiro político não foi nem um pouco.

Eu venho denunciar que, na calada da noite, foi decreto o PL 799/2024, atual Lei 18.219/24, pela qual seriam 10 mil árvores, e agora são 63 mil árvores, seis vezes mais. E, arbitrariamente, a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, no Conselho Cabeceiras do Aricanduva, cometeu um crime arbitrário dentro do conselho, notificando esse desmate. E ainda com um membro da Cidade Tiradentes, com votação dupla, não conversou com o CADES de Cidade Tiradentes. É isso.

É muito fácil cobrar um morador da periferia por jogar lixo no córrego, tal, mas e o crime ambiental da Prefeitura? E o crime ambiental da Secretaria da Verde? E o crime ambiental de não dar uma educação ambiental para as crianças da EMEI e da EMEF?

É isso. Obrigado, pessoal. Obrigado, Renata. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Superobrigada, Deny.

Agora é o Francisco Bodião, o Chicão, do Fórum Verde.

O SR. FRANCISCO BODIÃO – Boa noite a todos e a todas.

Hoje é um dia simbólico. Já são cinco anos, Samuel, desde que nós nos encontramos naquele processo de início da concessão do Ibirapuera. O Fábio fez esse registro. O Samuel, eu e você estamos com mais fios brancos. E acho que muito dessa nossa grisalhece tem a ver com

esse debate dos últimos cinco anos.

A Urbia, na gestão do Ibirapuera, tem se deparado com muitas das questões que temos trazido. E isso traz preocupação, traz reflexão. Mas acho que nós, que estamos aqui há mais de cinco anos também discutindo o que já antevíamos o que seriam as concessões na cidade, temos dedicado muito tempo e saúde para seguir nessa conversa.

O Doria, quando assumiu, a primeira coisa que fez foi fazer um programa de desregulamentação, de fragilização de legislação, de facilitação dos negócios na cidade, com a justificativa de que a iniciativa privada poderia atuar muito melhor do que o Poder Público. E foi nessa lógica que, na cidade de São Paulo e no Estado, ele avançou na fragilização do controle. E do controle não apenas dos equipamentos do Estado, da Prefeitura, mas também da sociedade civil. E quando falamos do poder deliberativo do conselho, claro, o poder deliberativo lá na sua primeira linha foi retirado; mas se nos dedicamos a ler a lei toda, como o Nabil fez menção, e a Cláudia, que é do Fórum Verde, também, o poder deliberativo continua lá. Então, essa é uma questão que, na justiça, pretendemos seguir trazendo, sensibilizando os Vereadores. Acho que é uma boa questão.

Quero registrar a sua presença, Samuel. Ela é importante. E quero destacar a ausência de todos os outros representantes de concessionárias. Devemos reconhecer a sua presença e avançarmos nesse diálogo.

Eu, hoje, estou mais do que convencido, com esse debate que fazemos há cinco anos, de que as concessões trariam prejuízo para a cidade.

Tem a questão empresarial – vocês trazem avanços na gestão. Nós trazemos problemas que identificamos no uso do espaço, na descaracterização dos espaços, o problema com a identidade de uso.

Eu sou da zona Leste. Eu frequentava o Ibirapuera, vindo da Zona Leste, com os meus amigos, de bicicleta. A molecada da minha área não faz mais isso, pois se sentem constrangidos de frequentar áreas que estão, sim, elitizadas, e onde os preços são maiores. E essa é uma questão importante para vocês pensarem. O contrato é de 35 anos. Vamos nos ver

mais vezes. Vamos conversar mais vezes. E precisamos, nesse momento, criar condições no Ibirapuera, e nos outros parques, para que essa população possa frequentar essas áreas.

Mas eu queria responsabilizar o Poder Público. Eu acho que vocês têm a responsabilidade de vocês, e nós, como sociedade civil, temos a nossa, ao se omitir nesse debate, ao não participar desse debate. Mas essa é uma escolha política. Começou com o Doria, passou pelo Bruno Covas e pelo Ricardo Nunes. E isso vem se agravando. A desregulamentação, a fragilização do controle e a fiscalização dos contratos são o grande nó que temos hoje. A reforma do Plano Diretor, a Lei de Zonamento na cidade, a facilitação para os empreendimentos, para a desregulamentação e a mudança de zoneamento rifaram a cidade.

Eu sou do Parque Chácara do Jockey, conselheiro do parque e integrante do Fórum Verde. Lá, o zoneamento foi mudado para ZEI – antes era uma área de zoneamento de residências. E essa mudança trouxe muito rapidamente a mudança de uma estação do metrô, que era para ser mais perto do Taboão, para a frente do parque. E exatamente para a frente do parque porque todo o entorno do parque, agora, vai empirulitar de empreendimento, de prédio. Por que o parque era entendido como o quê? Como o jardim desses empreendimentos. Ele é vendido assim. Nas campanhas publicitárias, ele é vendido desse jeito. E ok que venha mais gente para o bairro, que mais gente frequente o parque, mas, há cinco anos, nós antecipávamos a elitização dessas áreas e a expulsão dos frequentadores que moram no entorno. E lá, no meu caso, comunidades inteiras. Enfim.

Eu quero insistir na responsabilidade do Poder Público. Insistir no fato de que a sociedade civil tem que se apropriar desse debate e acompanhá-lo mais de perto.

E insistir, Samuel, para que possamos nos ver mais vezes, porque a última vez que o vi faz cinco anos. Estávamos todos de barba preta, cabelo preto. E lá eu já dizia que aquela situação que vivemos no Ibirapuera, aquela audiência, e as outras audiências, eram um simulacro. Falamos isso para vocês. Naquele momento, nós tínhamos basicamente a Assembleia composta por representantes da Construcap, os funcionários que estavam lá. Tivemos 15 dias com o pessoal do Ibirapuera para organizar uma audiência, mobilizar pessoas.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 47

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 43 DE 57

Isso em 2019. Nós não conseguimos: levamos 30 pessoas. Não houve ampla participação da sociedade civil. Não foi possível. E aí é responsabilidade da Prefeitura, porque atuou para que isso não acontecesse. E, claro, vocês cumpriram o papel de vocês. É do jogo. Vocês levaram lá uma tropa de gente. Nós discutimos isso nas oficinas.

Espero que, daqui para a frente, Samuel, nós possamos, sim, garantir a participação da sociedade civil, e que nós nos encontremos em outros espaços. E, de novo, saúdo a sua presença. Você é o único representante de concessionária que aceitou o convite para a audiência. Eu quero ouvir e seguir dialogando com você.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Obrigada, Francisco.

Vamos lá: David Anastácio, entregador.

O SR. DAVID ANASTÁCIO – É nós! Da hora.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Ô, querido. É nós!

Três minutos está bom?

O SR. DAVID ANASTÁCIO – Não, é suave. É fita rápida.

Vou só passar a visão, tá ligado?

Eu sou o David, entregador de delivery de bike, tá ligado?

Daí os caras estão nessa visão mesmo de nos expulsar da periferia, colar nos parques. Por que, mano? Os caras aumentam todos os preços dos bagulhos, a única coisa que nós temos de graça é beber água.

Como os caras falaram, é o bagulho de capitalismo, tá ligado? Abram um Oxxo lá, um Carrefour Express, já que abriu bagulho de Nubank, vários bagulhos, porque daí todo mundo ganha: os *boys* comem lá nos bagulhos caros, e nós, da quebrada, vamos lá no Oxxo, no Carrefour Express, e compramos uns bagulhos baratos para nós também. Essa é a visão.

Não nos expulsem dos parques, não. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – David, querido, muito obrigada.

A próxima agora é Elenir, da Rede Nosso Parque.

A SRA. ELENIR – Boa noite a todos.

Eu tomo a liberdade de falar o que eu estou sentindo em relação aos parques da nossa cidade.

Como estão os parques concessionados: cadáver no lago do Ibirapuera e no Horto Florestal também. Churrascaria e *stand* de venda de carro no Água Branca. Alto custo para as famílias no Horto Florestal. O Villa-Lobos virou *shopping*. E não é só ele. Um horror de show de luzes no Jardim Botânico.

Ninguém falou ainda do Jardim Botânico hoje aqui, mas aquilo também está terrível, gente.

Há tapumes e perda do espaço público na cidade inteira.

O Vale do Anhangabaú nem se fala, tudo entregue à iniciativa privada.

E aí? Onde vamos passear? Aonde vamos levar as nossas crianças? Onde as pessoas mais simples e pobres, e até os ricos, vão ter um lazer gratuito, com acesso à natureza gratuitamente, nesta que é uma cidade cinza? É uma selva de pedra. Não se usa muito mais esse termo, mas eu tenho cabelinhos brancos.

Eu sinto que a cidade está ficando cada vez menos verde, ao contrário do que diz o atual Prefeito. Está ficando muito menos verde.

Por exemplo, fiquei sabendo recentemente que, além da atrocidade lá na Zona Leste com relação à construção de um incinerador de lixo e ampliação de um aterro sanitário que vai derrubar 63 mil árvores, a Prefeitura tem a intenção de entregar para a Ecourbis uma área do Parque Natural Municipal Cabeceiras do Aricanduva.

Como assim? A Zona Leste é a região que tem menos árvores na cidade. Querem arrancar árvores de lá, tirar um parque público gratuito da população da região? Isso, para mim, não tem cabimento. A região é uma APP. E foi criada por compensação ambiental. Como agora vão entregar para a iniciativa privada uma APP? Eu estou indignada.

Recentemente, tivemos mortandade de peixes no Lago do Parque Aclimação. Além disso, também fiquei sabendo que uma parte do Parque Aclimação está sendo requisitada pela

Polícia Militar. Então, é perda de espaço público mais uma vez. Como assim um parque vai virar um pátio de estacionamento da Polícia Militar? Vão impermeabilizar uma área para estacionar carros? Estou cheia de dúvidas. Isso não pode acontecer.

Os Conselheiros eleitos pela população são absolutamente contrários a essas coisas. Foram contra no Aricanduva e, também, no Aclimação. Entretanto, a coisa está aí.

Nós temos, na Cidade, além disso, parques fechados. Falta zeladoria, falta lixeira, falta cuidado com a natureza, com a água, com a flora e com a fauna, porque para mim, para isso, é para ter natureza. Não é para ser *shopping*, não é para ter estande de carro.

Em plena emergência climática, a Cidade está perdendo o verde, está perdendo a natureza.

Uma última coisinha só. Eu sei que o meu tempo já acabou.

Eu recebi uma mensagem da Conselheira Suêrda Deboa. Ela é do Parque Cultural e Educador Pinheirinho D'água, no Jaraguá, no extremo Noroeste. Naquela região que ela está o parque é fundamental para a população e cumpre um papel educador e cultural.

A Suêrda é ativista da cultura, então, ela tem toda a propriedade para falar que o parque está deteriorado. É lá que ela precisaria fazer as atividades culturais e educacionais que ela leva. Então, é muito difícil num parque depedrado, estragado, sujo.

É isso.

Eu peço desculpas, Renata, ultrapassei um pouquinho o tempo.

Obrigada, gente. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Quem pede desculpas sou eu que estou com um olho em vocês e outro lá, porque, daqui a pouco, vou ter que sair.

Vou pedir a vocês calma, porque temos 15 minutos ainda.

Então, Edu é com você, depois aquele eu vou. Eu vou abrir o tempo para o Samuel responder ainda que é o Conselheiro do Parque da Fonte do Piabiru. Aliás, obrigada pelo trabalho que vocês fizeram lá. A próxima e última vai ser a Lucia Cristina, para, depois, então, o Samuel fazer a sua ponderação.

O SR. EDUARDO – Obrigado. Então, eu venho do Parque da Fonte do Piabiru. Moro no Morro do Querosene. A gente tem uma luta para transformar uma área que ia ser *shopping*, depois, ia ser condomínio, que tem 4 nascentes. Atualmente, a gente tem um Conselho, de cujo gestor ainda não saiu no *Diário Oficial*.

A Potenza que é responsável pelo manejo está trabalhando lá. Só que o Conselho não está sendo ouvido. Então, a gente combinou que ia ser feito um manejo. Quando a gente vira as costas, o manejo ocupou a área toda do cerrado. A gente tem uma área lá de cerrado, de espécies que estão em extinção na Cidade, e aí viramos as costas. Primeiro, em 13 de abril, teve uma tratorada. Acabaram com um pedaço desse cerrado. Em 15 de agosto, agora, eles foram lá e acabaram com o cerrado. Disseram que “a gente não cortou na raiz”, mas, enfim, abelha e outros ficam sem a polinização dessas árvores.

Lá, tem uma árvore gigante. Então, para essas abelhas, para essas polinizadoras chegarem lá, a gente perde tudo isso.

Outra questão: a gente tem lá umas 4 nascentes, onde tem caranguejo – uma coisa que eu, quando eu vi pela primeira vez, eu fiquei muito surpreso. A gente faz, todos os domingos, há mais de 2 anos, a Associação Cultural do Morro do Querosene, mutirões para limpar a área, porque a Imissão na Posse foi assinada há pouco tempo. A Prefeitura chegou com um projeto que ia colocar um campo de bocha na nascente.

Ainda não foi feito um herbário com tudo o que tem descrito lá. Tem essa fauna que tem caranguejo. A gente fez um lago para proteger, porque quando vem a água leva todos esses animais que estão lá.

Na Prefeitura, a gente não tem como fazer projeto, porque a Prefeitura tem verba da Potenza que tem uma grana alta para fazer um manejo. No plano de manejo, a gente gostaria de colocar algumas árvores, mas tem que chegar na Prefeitura, tem uma lista de como que vai acontecer.

Só para finalizar, a gente pensa em fazer uma gestão popular da comunidade. Ao contrário de uma concessão para uma empresa, a própria comunidade possa fazer a gestão.

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 47 DE 57

Que é diferente disso tudo, que é um plano que, enfim, não tem igual. A gente gostaria que isso fosse possível. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Obrigada, Edu.

Agora, vamos para a última palestrante que é a Lucia Cristina da OAB.

A SRA. LÚCIA CRISTINA – Boa noite a todos. Meu nome é Lúcia Cristina. Obrigada, Renata pela iniciativa de fazer essa audiência pública referente aos parques.

É preciso, sim, manter a finalidade de parque público. É para que a população tenha a utilização desse parque para lazer, para levar a família e ir sozinho e com o cachorro, com o gato, e, enfim, ter um tempo de descanso, um local de lazer para ter silêncio, para ter paz, para ter reflexão, um local em contato com a natureza, para haver uma troca com a natureza.

Isso, de fato, é muito significativo para nós em São Paulo em que nós temos prédios e asfalto por todo lado... e trânsito.

Então, eu venho ressaltando a importância, o significado de se fazer uma revisão desses contratos dentro do que é possível, ressaltando a finalidade para a população. (Palmas)

A revisão desses contratos pode, sim, ser feita a qualquer tempo. Pega a equipe de vocês, pega a equipe jurídica, pega o pessoal coloca para estudar, pega a finalidade, pega provimento, a legislação, faz um levantamento de toda a documentação para que esses contratos de concessão, estuda mesmo. Pega para estudar e vocês vão encontrar o ponto de revisão desses contratos, para que haja, sim, a concessão – eu até não sou contra, desde que não tire a finalidade. Então, coloque a finalidade no contrato de concessão. Pode desenvolver atividade, enfim, do que vocês estão fazendo, desenvolvimento da finalidade nos contratos de concessão útil à população, desde que não tire a finalidade de a população utilizar o parque para lazer, família, animais, tudo isso que é o nosso significado aqui em São Paulo da utilização dos parques.

Principalmente, venho reiterar o pedido à Comissão de Transporte para que utilize, cada vez mais, a campanha Não se Perca do Transporte, para que tenha um aplicativo de celular. Vai ser baixado um aplicativo em celular, com o qual a população vai ter acesso qualquer linha

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 52

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 48 DE 57

de metrô, trem, ônibus, estadual, interestadual, onde fica aquela UBS, onde fica aquela escola estadual, onde tem vacinação, vacinação que tenha antirrábica para o meu gato, meu cachorro, onde tem todos esses serviços disponíveis e gratuitos à população.

O aplicativo para a campanha Não se Perca. Vai ser possível a população identificar, colocar o endereço, saber onde tem escola estadual, onde tem escola municipal, onde encontra o hospital, onde encontra parques, inclusive, com as linhas integradas, para que não tenha muito custo para chegar aos parques, principalmente, aos domingos, utilizem, sim, domingo é tarifa zero.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Domingo é dia de tarifa zero e busão zero.

Eu quero super agradecer a participação de todo mundo, de todos vocês que vieram aqui. Quero fazer minhas palavras do Francisco de, realmente, enaltecer a presença do Samuel que é o único representante de várias, sendo que nós chamamos todos. Não tem ninguém do Estado, ninguém da Prefeitura. Então, muito obrigada, Samuel. (Palmas)

Com você a palavra, sempre lembrando que, daqui um tempinho, a gente vai ter que dar uma brecada, mesmo se você não tiver concluído. A gente vai lá votar e volta.

O SR. SAMUEL LLOYD – Combinado.

Bom, obrigado pelo tempo. Vou tentar ficar nos três minutos. Não é? Não, porque eu acho importante porque a gente foi bastante citado.

Primeiro, queria agradecer. Eu acho que a primeira *fake news* que a gente se depara muito é que a Urbia não participa do debate. A gente viu aqui o meu nome sendo citado, até as pessoas lembram de mim de cabelos pretos e aí, Chicão, o meu, os meus brancos é genético. O sobrenome Lloyd, inclusive, por curiosidade, significa homens de cabeça cinza. Então, meu pai grisalho desde os 40 anos, e eu tenho, na verdade, muito orgulho.

Eu acho que a gente está aqui, hoje, no momento, para celebrar as conquistas desses 5 anos de contrato e provar que todas aquelas inseguranças que foram debatidas há 5

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 53

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 49 DE 57

anos do Plano Diretor, a Urbia provou que veio, primeiro, para reiterar a função do parque, melhorar a infraestrutura gratuita para as pessoas. Todas as quadras estão reformadas, novos equipamentos esportivos estão à disposição na população 100% gratuitos. Todas as pessoas e turistas que vêm para a cidade de São Paulo e visitam o Parque Ibirapuera ficam encantados, mas, também, fica o convite para todos vocês que visitem o Lajeado, o Parque Faria Lima e os outros parques que fazem parte dessa concessão, porque a mesma qualidade de infraestrutura esportiva e social está disponível hoje na periferia de São Paulo. E, como alguém citou aqui em um dos discursos, nós temos a população local lá de Guaianazes, lá do Parque Novo Mundo, lá do Morumbi, lá do Campo Limpo ocupando espaços que não eram ocupados anteriormente. Então, eu faço esse convite a vocês.

O que a gente faz no Parque Ibirapuera, em termos de receita, também traz um benefício social na periferia da cidade de São Paulo. Fica o convite aí para todo mundo.

Mas eu, Renata, vim aqui e eu tentei, inclusive, falar contigo antes, porque se tem uma das coisas que eu acho que nós, como sociedade, numa democracia, temos que lutar contra é *fake news*.

Às vezes, nós caímos em *fake news*, quantas vezes nós já não caímos em um golpe de internet, caímos em uma informação. Então, o que eu vim trazer aqui para vocês foi uma elucidação de um trecho do seu vídeo do Instagram, que eu gostaria muito que a gente debatesse sobre isso de forma alguma. Apanhar de forma alguma, mas trazer lucidez para as pessoas e informação.

A única forma que a gente de fugir de *fake news* é a gente tomar decisões baseadas em dados, na ciência.

Quando eu recebi o vídeo da Renata com a denúncia da fauna. O meu primeiro movimento – sobre os saruês – foi mandar um WhatsApp para ela. Falei: “Quero falar contigo antes da concessão, porque eu não tenho essa informação dos saruês”.

Eu não consegui porque a sua agenda muito ocupada, tinha pouco tempo. Fui então para a Secretaria do Verde, que foi citada como a fonte dos dados. Eu recebi um e-mail bem

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 50 DE 57

completo da Secretaria do Verde do Meio Ambiente, dizendo que “a informação é, absolutamente, falsa”. Mas existe uma informação verídica que está no seu (Instagram), só que ela não tem causa e efeito com a atividade no Parque Ibirapuera.

Então, o que nós temos que evitar aqui é que a gente caia em falácias, como cloroquina da vida, que fazem relações com o que não tem relação. Então, a atividade do Parque Ibirapuera não tem a ver com aqueles dados divulgados no vídeo da Renata. Eu vou pedir à Renata e sua equipe que façam essa pesquisa e, se possível, nos ajudem a trazer a informação. Tenho a certeza de que a Secretaria do Verde está à disposição para também trazer a informação correta para todos os cidadãos.

Uma outra coisa é que a gente não participa de debate. Então, a gente participa de todos. Eu mesmo vou, pessoalmente, eu sou o Diretor Estatutário desse projeto desde o início, estou desde o planejamento e participo de tudo.

Outra coisa é que as pessoas pobres não vão mais ao Parque Ibirapuera. A gente também responde com pesquisa.

Pode ser que as mesmas pessoas do passado – acho que o Cláudio comentou – não vão hoje. Talvez os amigos do Chicão tenham encontrado o Parque em Guaianases, como um outro lugar que eles podem curtir.

Mas o que eu quero dizer é o seguinte: por pesquisa, existem 2 pesquisas de uso público que foram feitas antes da concessão. E, agora, durante a concessão. A gente tem, mais ou menos, a mesma pirâmide social, as classes sociais que visitam o Parque Ibirapuera, são, mais ou menos, as mesmas.

Como a metodologia não é exatamente igual, não é possível afirmar que não mudou nada. O que pode dizer a pirâmide é a mesma? No caso da última pesquisa, a gente tem, na verdade, um acesso de pessoas de classes mais baixas maior do que em 2019, mas é impossível afirmar esse antes e depois, porque a metodologia não é a mesma.

O que é que a gente pode afirmar? Com o Programa Tarifa Zero, que foi citado por uma das cidadãs, nós temos o Parque Ibirapuera como o destino preferido aos domingos. A

gente tem um aumento de volume. Obviamente, pessoas de todas as classes sociais são convidadas a andar de ônibus na cidade de São Paulo, e eu tenho certeza que pessoas de classe A também andam de ônibus, mas a gente vê um movimento crescente de pessoas de todas as classes sociais que têm acesso ao Parque Ibirapuera e têm escolhido o Parque Ibirapuera como seu principal lugar de lazer qualificado, gratuito na cidade de São Paulo.

Então, acho que é um outro ponto que vale à pena é todos nós investirmos em pesquisas. E estarmos atentos. Se tivermos algum desvio, queremos ser informados, queremos ter acesso às pesquisas para que a gente possa, realmente, falar sobre isso.

Deixa eu só concluir todos os pontos. Depois, a gente abre.

Sobre as assessorias, estamos com o Douglas, com o RunFun e, também, com o Mario Sergio, da MPR. Nós temos absurdo alinhamento com o que diz respeito à prática de exercício no parque; o parque ser, cada vez mais, aberto e convidativo para que pessoas de todas as classes sociais façam os seus exercícios.

O nosso único ponto de discussão é sobre a cobrança dos serviços, assim como vocês cobram da gente sobre preço, o nosso ponto em relação às assessorias esportivas é sobre a cobrança de serviços utilizando o Parque Ibirapuera como local de treinamento. E, para essas empresas, nós estipulamos um valor de 10 reais por aluno. Nas nossas pesquisas, empresas como a do Mario Sergio, MPR, por exemplo, cobram acima de 300 reais por aluno. Têm mensalidades deles que são acima de 800 reais por aluno.

Então, a nós entendemos que há uma contrapartida em relação à gestão do espaço público. Nós investimos 70 milhões de outorga para a Prefeitura; nós assumimos 100% do custeio desse parque. Se você for ao banheiro do Parque Ibirapuera, hoje, você vai encontrar um banheiro decente, limpo, cheiroso, com sabonete, com água e acessível.

Então, essas são as questões. O nosso investimento como contrapartida para uso do espaço público é esse 300 milhões de reais na restauração do patrimônio tombado mais 90 milhões de reais por anos de custeio do Parque Ibirapuera *versus* 25 e 29 milhões da Prefeitura antes.

Se você comparar a qualidade do serviço do Parque Ibirapuera, do Lajeado, dos Eucaliptos com qualquer outro parque da cidade, eu desafio a achar um melhor. Vocês não vão achar em termos de serviço público aberto à população.

Então, assessorias, estamos abertos ao diálogo, inclusive, eu marquei com o Douglas hoje, um novo papo, porque a nossa intenção é acabar com o processo de Justiça. A gente não quer esse processo de Justiça, imagina. A gente quer solucionar. Eu tenho a certeza, porque eu já ouvi do Marcos Paulo, já ouvi também do Mário, que todos estão abertos a fazer um pagamento para essa contribuição, e nós definimos que o pagamento é definido por autodeclaração.

Eu não estou checando quantos alunos a MPR tem ou a RunFun tem ou outras empresas têm. Eles é que vão autodeclarar e vão pagar 10 reais por aluno. Se alguém estiver fazendo de graça, inclusive, tem que vou citar: o Corre Quilombo, que faz um trabalho maravilhoso gratuito para pessoas pretas no Parque Ibirapuera, esse trabalho é gratuito e tem o nosso apoio. A gente não cobra deles porque se é gratuito, é para todo mundo, mas se quiser entrar numa aula da MPR, vai ter que pagar, não vai poder fazer de graça. Esse é o ponto das assessorias.

Sobre a acessibilidade. Também quero convidar o Parque Ibirapuera e todos os parques da Urbia, a gente tem um grande apreço por esse tema. Eu pessoalmente sou filho de uma mulher que teve paralisia infantil. Então, para mim e para todos, da Construcap, esse é um valor. A gente precisa realmente tornar esses espaços disponíveis e acessíveis e estamos aumentando, cada vez mais, a acessibilidade universal, não só pensando em pessoas com cadeiras de rodas, mas também autistas, pessoas que têm transtorno do espectro autista ou algum tipo de deficiência visual, ou seja, todas as deficiências têm que ser bem acolhidas no Parque Ibirapuera,

Sobre eventos. A gente tem, no Parque Ibirapuera, menos de 20 datas de espaços abertos por ano. E esses eventos acontecem em dois únicos lugares que foram autorizados no Plano Diretor. São áreas que não são caminhos e, inclusive, quem for lá em qualquer dia da

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 53 DE 57

semana ou em final de semana, são áreas que não estão sendo utilizadas pelas pessoas, são bolsões onde as pessoas realmente hoje não utilizam.

E esses espaços são importantíssimos para que a gente tenha a receita necessária para bancar esse investimento e nesses espaços também acontecem eventos gratuitos. Vou citar dois incríveis gratuitos para todo mundo: Leitura de Simone de Beauvoir, por Fernanda Montenegro. Foi a coisa mais incrível, foi no *Top Guinness* como a maior leitura filosófica no mundo, gratuita, para todo mundo. E outro: este ano nós tivemos Ivete Sangalo, Isa e grandes artistas no palco do Auditório Ibirapuera, também 100% gratuito.

Convido qualquer marca que queira fazer um evento oferecendo gratuitamente, patrocinado, esse é o nosso papel. A gente está lá para fazer isso acontecer.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. SAMUEL LLOYD – É gratuito, exatamente. Há pessoas que vão só para correr no parque, gente, como o Mario Sérgio colocou aqui.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. SAMUEL LLOYD – Não. No Villa-Lobos, realmente não posso opinar, eu não sei dizer. Gente, só posso falar sobre o Parque Ibirapuera. E nós não temos corridas dentro do Parque Ibirapuera.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. SAMUEL LLOYD – Eu vou continuar, sobram alguns pontos que eu acho importantes. Falando sobre...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. SAMUEL LLOYD – Eu estou à disposição. Acho que a Mesa vai dirigir quem pode perguntar. Eu estou à disposição, até quando for necessário.

Sobre investimentos. Nós estamos falando, gente, de 300 milhões de reais investidos num parque público, em um período de pandemia, em que todos os investimentos foram travados e voltados para a saúde, obviamente. A marquise estava caindo, outros prédios também, como a Oca, que estava com sérios problemas, poderia desabar, estava com várias rachaduras. E nós

estamos investindo com dinheiro 100% privado, sem incentivo fiscal.

Esses 300 milhões é dinheiro dessa ação comercial feita dentro dos parques, dentro do Parque Ibirapuera e com, obviamente, um grande aporte da própria Construcap, que foi a empresa que ganhou essa licitação e está financiando ao longo do tempo. Não tem lucro no Parque Ibirapuera, hoje não, gente, só tem investimento. Nos próximos anos, a gente só tem investimento. Então é muito importante, porque esse é um projeto de legado, de sustentabilidade, e a gente quer trazer espaços públicos democráticos, melhores para todo mundo.

Outra coisa que eu queria colocar é sobre a fala do David. Depois quero conhecê-lo, viu? Porque a sua ideia é boa e a gente já tinha falado sobre isso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. SAMUEL LLOYD – É isso aí. Eu vou colocar isso lá.

Sobre alimentos e bebidas. Hoje nós temos uma rede integrada de carrinhos de água de coco. Essas pessoas, hoje, estão na economia formal, pagam seus impostos. Todo mundo que trabalha lá está dentro da economia formal, com direitos trabalhistas, todo mundo ganhando o seu próprio dinheiro. A gente padronizou o visual, o *merchandising* do parque. Ele é muito mais bonito. Antes as pessoas tinham aquele aspeto, parecia camelô, todo mundo na economia informal e eram invisíveis para muitas pessoas. Hoje, elas têm dignidade para trabalhar no Parque Ibirapuera e, além disso, absolutamente qualquer produto ou serviço que vocês consomem dentro do Parque Ibirapuera, estão ajudando a fazer com que esse projeto melhore.

Vocês já entraram num banheiro do Parque Ibirapuera? Aquele banheiro não está na exigência do contrato, aquele é um padrão que a Urbia quis implantar, porque a gente tem esse projeto completo de legado, de mostrar que o Brasil dá certo e que pode ter espaços públicos com excelente investimento.

Bom para fechar, eu só queria dizer um pouco sobre o Horto Florestal, que foi uma pergunta. O Horto Florestal ainda está no plano de investimento, foi um contrato que começou depois. A gente ainda tem várias novidades que vão acontecer.

Depois quero conversar contigo, estou pronto para ouvir todas as suas sugestões.

No Horto, a gente tem um projeto com aprovação de 100%, na pesquisa feita pelo próprio poder concedente. É um projeto que ainda está em desenvolvimento. A gente está ainda está na fase de investimento, ou seja, o Horto Florestal e o Parque Estadual da Cantareira ainda vão melhorar muito, para que todo mundo tenha muito mais orgulho de visitar.

E, só fechando, a pesquisa é feita por um verificador independente, escolhido com regras da Prefeitura. Ele é pago pela Urbia, mas ele segue os critérios de licitação pública para contratação desse verificador independente. Isso é comum, gente, em todos os contratos de concessão. Eu já fui diretor de mais de cinco concessões, e todo o contrato de concessão tem isso, porque no contrato de concessão, diferente de quando é uma gestão puramente pública, nós temos uma penalidade quando a opinião e a satisfação das pessoas, que estão lá, não é boa.

Então, o nosso trabalho do lado de cá, Renata, inclusive para a gente não pagar mais outorga variável o tempo todo, é melhorar a satisfação de quem visita. E quando a gente olha para a pesquisa de quem visita o parque e vem para ambientes como esses, que em alguns momentos são ideológicos, a gente não encontra ressonância na realidade. As pessoas vão ao Parque do Ibirapuera e encontram um parque magnífico, onde cada vez mais cresce a visitação de todas as classes sociais, e quando a gente vai para um debate como esse, nós não encontramos essa realidade nas discussões.

É isso. Queria agradecer por estar aqui e continuo à disposição de vocês, para responder a qualquer dúvida.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Muito obrigada, Samuel.

Antes de finalizar,...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Você pede um minuto e fica 10, cara. Fica aí de boa. Não, eu tenho que finalizar, porque a gente tem que ir. Desculpa.

Bom, as contribuições desta audiência pública serão compiladas pela minha

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 60

REUNIÃO: 21393 DATA: 02/10/2025 FL: 56 DE 57

assessoria e será encaminhada a todos os que estão aqui, todos os parques citados e os problemas que foram descritos, que todos falaram. Ainda em relação a isso, a gente sabe que o contrato do Ibirapuera, Samuel, está sendo revisto, mas a portas fechadas pela Secretaria do Verde com a Urbia, que não está aqui para se posicionar em relação a isso.

Então, a gente propõe que nós façamos, caso não haja participação social, o processo de construção participativa de um conjunto de sugestões, de alteração e de revisões do contrato. E eu gostaria que você fosse muito sensível a isso. (Palmas)

O SR. SAMUEL LLOYD – Estou superaberto a sugestões.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Falzoni) – Todo mundo falou da dificuldade da participação social e esse foi o grande erro na confecção dos primeiros contratos, porque sempre peca de não levar a sério o que fala o público.

Em relação aos saruês, você se lembra quando eu fui lá falar. Eu moro do lado parque e sou testemunha do quanto, num dia de *show*, os bichos vêm na minha casa, porque na minha casa tem sossego. Então, a Secretaria do Verde não apresentou uma ou mais causas para o aumento dos resgates, mas o Dr. Marcello Schiavo Nardi, do Cemacas, que é o Centro de Manejo e Conservação, aponta essa correlação. Ele nos diz que é causa e efeito. E eu, na minha postagem, não falei que é por causa disso. Eu falei que coincidentemente isso acontece. Só que coincidentemente, eu moro lá e vejo saruês e saguis. Na terça-feira, no mesmo momento, eu vi saruê e sagui. E faço uma *mea-culpa* em relação a isso, que pode ser por causa do bom trato, eles tenham se proliferando mais e precisam de mais espaço. Mas a verdade é que, em dia de *show*, a minha maior reclamação era muito mais concernente à luz e ao barulho para a fauna e flora, muito mais do que para a minha pessoa. (Palmas)

Eu estava realmente preocupada, com a flora, nem tanto; mas com a fauna. E as luzes.

A gente conversou, e vai chegar em relação a isso. Por mais que eu saiba que o pessoal quer continuar falando, vou pedir para encerrar, porque realmente estou interessada em participar de um debate muito importante que está acontecendo, hoje, na Câmara.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21393** DATA: **02/10/2025** FL: **57** DE 57

Não tendo mais o que falar, declaro encerrada esta audiência pública.

Agradeço a todas e todos.

fls 61